

**Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados**

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

**<http://bd.camara.gov.br>**

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."





Câmara dos Deputados  
Comissão de Direitos Humanos e Minorias  
Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos

RELATÓRIOS

# **Encontro Nacional de Direitos Humanos - 2005**

## **Direito humano à comunicação: um mundo, muitas vozes**

### **Seminário Controle Social da Programação Televisiva**

Direito humano  
à comunicação:  
um mundo,  
muitas vozes

Brasília - 2007

## **Mesa Diretora da Câmara dos Deputados**

53ª Legislatura

1ª Sessão Legislativa

*Presidente* Arlindo Chinaglia

*1º Vice-Presidente* Narcio Rodrigues

*2º Vice-Presidente* Inocêncio Oliveira

*1º Secretário* Osmar Serraglio

*2º Secretário* Ciro Nogueira

*3º Secretário* Waldemir Moka

*4º Secretário* José Carlos Machado

*1º Suplente de Secretário* Manato

*2º Suplente de Secretário* Arnon Bezerra

*3º Suplente de Secretário* Alexandre Silveira

*4º Suplente de Secretário* Deley

•

### **Diretoria-Geral**

*Diretor-Geral* Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

•

### **Secretaria-Geral da Mesa**

*Secretário-Geral da Mesa* Mozart Vianna de Paiva



**Câmara dos Deputados**  
**Comissão de Direitos Humanos e Minorias**  
**Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos**

RELATÓRIOS

# **Encontro Nacional de Direitos Humanos - 2005**

## **Direito humano à comunicação: um mundo, muitas vozes**

### **Seminário Controle Social da Programação Televisiva**



Centro de Documentação e Informações  
Coordenação de Publicações

**Brasília - 2007**

**DIRETORIA LEGISLATIVA**

*Diretor Afrísio Vieira Lima Filho*

**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO**

*Diretor Luiz Antonio Souza da Eira*

**COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES**

*Diretora Maria Clara Bicudo Cesar*

SÉRIE  
Ação Parlamentar  
n. 344

Encontro Nacional de Direitos Humanos (2005 : Brasília).

Relatórios : Encontro Nacional de Direitos Humanos, 2005 : direito humano à comunicação : um mundo, muitas vozes. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007.

541 p. – (Série ação parlamentar ; n. 344)

ISBN 85-7365-493-7

1. Direitos humanos, congresso, Brasil. 2. Direito à comunicação, congresso, Brasil. I. Título. II. Série.

CDU 342.7(81)(061.3)

*Projeto gráfico, capa e diagramação Suzana Curi*

*Ilustrações Cerino*

Câmara dos Deputados  
Centro de Documentação e Informação  
Coordenação de Publicações  
Anexo II, térreo  
Praça dos Três Poderes  
70160-900 - Brasília (DF) - Brasil  
Telefone: +55 (61) 3216-5802  
Fax: +55 (61) 3216-5810  
[publicacoes.cedi@camara.gov.br](mailto:publicacoes.cedi@camara.gov.br)

# Sumário



Membros da Comissão de Direitos Humanos e Minorias .....	5
Servidores da Comissão de Direitos Humanos e Minorias .....	7
Integrantes do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos.....	9

## **Encontro Nacional de Direitos Humanos - 2005** **Direito humano à comunicação: um mundo, muitas vozes** **17 e 18 de agosto de 2005**

Apresentação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias .....	21
Textos elaborados pela organização do encontro como referências para o debate.....	23
Programação do Encontro.....	33
Cerimônia de Abertura .....	43
Painel principal: Nova Ordem da Informação e Direitos Humanos – Trajetória Histórica do Conceito.....	65
Relatórios dos Painéis.....	89
Painéis Simultâneos .....	103
Painel 1 – Direito humano à comunicação e políticas públicas .....	103
Painel 2 – A importância da comunicação na educação em direitos humanos .....	154
Painel 3 – Gênero, raça e etnia na comunicação.....	203
Painel 4 – Estado Federal e a implementação dos tratados sobre direitos humanos .....	243
Relatórios dos Grupos de Trabalhos.....	293
Moções aprovadas no encontro .....	315
Carta de Brasília (documento final).....	319
Cerimônia de Encerramento.....	323
Anexo I – Participantes do Encontro .....	365

## **Seminário: Controle Social da Programação Televisiva** **27 de abril de 2005**

Notas Taquigráficas.....	389
--------------------------	-----

## Membros da Comissão de Direitos Humanos e Minorias



**PRESIDENTE:** Deputada IRINY LOPES (PT/ES)\*

**1º VICE-PRESIDENTE:** Deputado LUIZ COUTO (PT/PB)

**2º VICE-PRESIDENTE:** Deputado POMPEO DE MATTOS (PDT/RS)

**3º VICE-PRESIDENTE:** Deputado CHICO ALENCAR (PT/RJ)

TITULARES				
DEPUTADO	PARTIDO	EST.	GAB.	TELEFONE
CHICO ALENCAR	PT	RJ	848	3215-5848
IRINY LOPES	PT	ES	267	3215-5267
LUCI CHOINACKI	PT	SC	282	3215-5282
LUIZ ALBERTO	PT	BA	954	3215-5954
LUIZ COUTO	PT	PB	442	3215-5442
ORLANDO FANTAZZINI	PT	SP	579	3215-5579
SEBASTIÃO MADEIRA	PSDB	MA	405	3215-5405
PASTOR REINALDO	PTB	RS	438	3215-5438
LEONARDO MATTOS	PV	MG	914	3215-5914
MÁRIO HERINGER	PDT	MG	212	3215-5212
POMPEO DE MATTOS	PDT	RS	810	3215-5810
ALBERTO FRAGA	PFL	DF	321	3215-5321

SUPLENTE				
DEPUTADO	PARTIDO	EST.	GAB.	TELEFONE
ADÃO PRETO	PT	RS	271	3215-5271
ANA GUERRA	PT	MG	578	3215-5578
JOÃO ALFREDO	PT	CE	566	3215-5566
LUIZ EDUARDO GREENHALGH	PT	SP	466	3215-5466
MARIA DO ROSÁRIO	PT	RS	471	3215-5471
ALCESTE ALMEIDA	PMDB	RR	902	3215-5902
BERNARDO ARISTON	PMDB	RJ	710	3215-5710
FERNANDO DE FABINHO	BL.PFL, PRONA	BA	904	32155904
JAIRO CARNEIRO	BL. PFL, PRONA	MG	420	3215-5420
EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG	540	3215-5540
JOÃO ALMEIDA	PSDB	BA	652	3215-5652
JOSÉ LINHARES	PP	CE	860	3215-5860
NILTON BAIANO	PP	ES	618	3215-5618
PAULO GOUVÊA	PL	RS	641	3215-5641
GERALDO THADEU	PPS	MG	248	3215-5248
ROBERTO FREIRE	PPS	PE	637	3215-5637
JOVINO CÂNDIDO	PV	SP	238	3215-5238



# Servidores da Comissão de Direitos Humanos e Minorias



## **SECRETÁRIO**

Márcio Marques de Araújo

## **ASSESSORIA TÉCNICA**

Augustino Pedro Veit

Carlos Magno Lisboa

Hugo Luis Castro de Mello

Juarez Aires Sampaio

Luísa Paula de Oliveira Campos

## **ASSESSORIA DE IMPRENSA**

Luciana Miranda Lima

## **SETOR ADMINISTRATIVO**

Clotildes de Jesus Vasco

Aldenir Áurea da Silva

Maria da Consolação Soares

Maria Herlene Ximenes de Souza Oliveira

Sônia Palhares Marinho

Amarildo Geraldo Formentini

Sônia Hypolito Lichtsztejn

## **SETOR DE INFORMÁTICA**

Washington Carlos Maciel da Silva

## **SETOR DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO**

Juracema Camapum Barroso

Maria do Carmo Souza Santos

Ana Lúcia Dornelles

Norma Rejane Eaton

**ESTAGIÁRIOS:**

Ana Cristina Motta Ribas

Graziany Marques dos Reis

Ricardo Saboya Rocha Miranda

Carlos Alexandre Mota

---

Comissão de Direitos Humanos e Minorias da  
Câmara dos Deputados  
Fones: 55(061)3216-6570, Fax: 55(061) 3216-6580  
E-mail: [cdh@camara.gov.br](mailto:cdh@camara.gov.br)  
Home page: <http://www.camara.gov.br/cdh>  
Câmara dos Deputados, Anexo II - Sala 185 - A  
CEP 70160-900 - Brasília-DF - Brasil

---

# Integrantes do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos



## FÓRUM NACIONAL DE ENTIDADES DE DIREITOS HUMANOS

[www.direitos.org.br](http://www.direitos.org.br)

### **ABONG – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ONGS - NACIONAL**

Contatos: Aldalice Otterloo, José Moroni, Magnólia Said, Taciana Gouveia, Ratiana Pereira  
(Diretoria Executiva)

Rua General Jardim, 660 - 7º - Vila Buarque

Cep: 01223-010 São Paulo – SP

Fone/fax: (11) 3237-2122

E-mail: [abong@uol.com.br](mailto:abong@uol.com.br) - [abong@abong.org.br](mailto:abong@abong.org.br)

### **ABONG - ESCRITÓRIO BRASÍLIA**

Contatos: Lisândra Arantes- Coordenadora

SCS - Qd. 08. Bloco B-50. Sala 417

Edifício Venâncio 2000

Brasília-DF. CEP 70333-970

Tel: (61) 3226-9126

E-mail: [abongbrasil@uol.com.br](mailto:abongbrasil@uol.com.br)

### **AGENDE – AÇÕES EM GÊNERO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO**

Contato: Marlene Libardoni

SCLN 315 Bloco B sala 101 – Brasília DF

Fone: 3273-3551 Fax: 3273-5801 –

E-mail: [agende@agende.org.br](mailto:agende@agende.org.br)

**ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS – AMB**

Secretaria Executiva: Carla Batista - [carla@soscorpo.org.br](mailto:carla@soscorpo.org.br) SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia e Coletivo Leila Diniz [ambleiladiniz@uol.com.br](mailto:ambleiladiniz@uol.com.br) / fone: (84) 32019587  
e/ou para [amb@soscorpo.org.br](mailto:amb@soscorpo.org.br) / fone (81) 3445 2086.

**ABGLT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS E TRAVESTIS**

Pres. Marcelo Nascimento  
Contato: Caio Varela ([caiovarela@brturbo.com.br](mailto:caiovarela@brturbo.com.br))  
Tel.: 3225-6955 Celular: 9971-5339  
E-mail: [marcioshaka@uol.com.br](mailto:marcioshaka@uol.com.br) - [elias.pt@bol.com.br](mailto:elias.pt@bol.com.br)

**ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO – ASA**

Contato: Presidente- Valquíria Alves Smith Lima / Vice-presidente - Naidison de Quintela Batista  
Rua Nicarágua, 111, Espinheiro, CEP 52020-190 Recife – PE  
Central: (81) 2121-7666 / Fax: (81) 2121-7629  
E-mail: [asa@asabrasil.org.br](mailto:asa@asabrasil.org.br)

**CARITAS BRASILEIRA**

SDS Ed. Venâncio III 4º andar sala 410  
Contato: Márcia Guedes Vieira  
Fone: (61)3325-7473 (61)3325-3870 Fax: (61)3226-0701  
E-mail: [caritas@brasileira.org.br](mailto:caritas@brasileira.org.br) - [caritas@yawl.com.br](mailto:caritas@yawl.com.br)

**CENTRO DE ARTICULAÇÃO DE POPULAÇÕES MARGINALIZADAS-CEAP**

Contato: Ivanir dos Santos (Presidente)  
CEAP - Rua da Lapa, 200, Sala 809 - Centro  
Rio de Janeiro - RJ  
Tel: (21) 509-6771/4413  
Fax: (21) 509-2700  
SOS Racismo: 021 232-7077  
E-mail: [presidente@portalceap.org.br](mailto:presidente@portalceap.org.br) - [www.portalceap.org.br](http://www.portalceap.org.br)



### **CENTRO DANDARA DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES**

Rua Argentina, 500  
Bairro Vista Verde  
CEP 12223-000 São José dos Campos – SP  
centrodandara@centrodandara.org.br

### **CFEMEA – CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA**

Contato: Iáris Ramalho, Myllena e Diana (914-9766)  
SCS Qd. 2 Bl. C ed. Goiás sala 602  
Brasília - DF  
Fone: (61)3224-1791 Fax: (61)3328-2336  
E-mail: cfemea@cfemea.org.br

### **COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - INTERVOZES**

Jonas Valente, Lucas Milhomens, Priscila Carvalho  
Rua Rêgo Freitas, 454 - 8º andar - São Paulo - SP - CEP 01220-010  
Contato: conselho@intervozes.org.br

### **CIMI - CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO**

Contato: Eder Magalhães - Sec. Executivo  
e Cláudio Beirão – Assessor Jurídico  
SDS Ed. Venâncio III Bloco P nº 36 sala 309  
Brasília - DF  
Fone: (61)2106-1650 Fax: (61)3225-9401  
E-mail: secretaria@cimi.org.br

### **COMISSÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DA OAB**

Contatos: Evandro Vitoriano Elias  
SAS Qd 5 Lote 1 Bl M  
Brasília - DF  
Fone: (61)3316-9657  
E-mail: cndh@oab.org.br - llconsultores@br.inter.net (Joelson)

**CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB**

Contato: Dom Alberto Taveira Correa

Rua 93, nº 139 / Setor Sul 74083-120

Caixa Postal: 304, 74001-970 - GOIÂNIA - GO

Fone: (62) 223-1854 / Fax: (62) 218-5056

E-mail: cnbbco@terra.com.br , politica@cnbb.org.br (Pe. Ernanne)

**CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA**

Yvonne Duarte

SRTV Qd. 702 Conjunto 4024 – A

Edifício Rádio Center

70719-900 Brasília –DF

www.pol.org.br - gerencia@pol.org.br

tel. (61)2109 0100

Fax (61) 2109 0150

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA**

mesmo endereço do Conselho (acima)

e-mail: cdh@pol.org.br

**COMISSÃO BRASILEIRA JUSTIÇA E PAZ**

Contatos: Carlos Moura

SGAS Qd. 601 mód. ¼

CEP: 70.200-610 – Brasília - DF

Fone: (61)3223-3512

E-mail: cbjp@cbjp.org.br

**COMISSÃO PASTORAL DA TERRA– CPT**

Contato: Maria Madalena dos Santos

Endereço: Travessa Amapá 261, Bairro Cerâmica

Caixa Postal 284 – CEP: 69908-970 Rio Branco Acre

Fone: (62) 212-6466, 241-7976 Fax: (62) 212-0421

E-mail cpt@cptnacional.org.br



## **COMUNICAÇÃO, SAÚDE E SEXUALIDADE – SOMOS**

Contatos: Sabrina Santos Monteiro

Rua Voluntários da Pátria, 595/205

Porto Alegre - RS - CEP 90030-003

FONE/FAX: (51) 3286-7136

somos@somos.org.br

## **COMUNIDADE BAHAI'Í DO BRASIL**

**Contato: Iradj Roberto (Secretário de Assuntos Externos ) e Mary Caetana  
(61) 9654.3929**

SHIS QL -08 902 casa 15

Brasília - DF

Fone: (61)3364-3594 Fax: (61) 3364-3470

E-mail: secext@bahai.org.br

## **CONSELHO FEDERAL DA OAB**

Contato: Roberto Antônio Busato – Presidente do Conselho Federal

Joelson Dias (representante da Comissão Nacional de Direitos Humanos no Fórum de Entidades)

SAS Qd. 05 - Lt. 01 - Bl. M – Brasília - DF

CEP 70070-939

Fone: (61) 3316.9600

E-mail: evandro.elias@oab.org.br

## **CONIC - CONSELHO NACIONAL DAS IGREJAS CRISTÃS**

Contato: Pedro Bezerra

SCS Qd. Bl. 3 Ed. Ceará Sala 713

CEP: 70303-900 – Brasília - DF

Fone: (61)3321-4034/8341 Fax: (61)3321-4034

E-mail: conic.brasil@terra.com.br

## **COORDENADORIA ECUMENICA DE SERVIÇOS – CESE**

Telefone: (71) 3336-5457 / 3336-5457

Fax: (71) 3336-0733

E-mail: cese@cese.org.br

Endereço: Rua da Graça, 164 - CEP: 40150-055 - Salvador - Bahia

Caixa Postal: 041 - CEP: 40015-970 - Salvador - Bahia

**CRIOLA – ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS**

Contato: Lúcia Xavier – Coordenadora

Jurema Werneck – Coordenadora

Avenida Presidente Vargas 482, sobreloja 203, Centro.

Rio de Janeiro, RJ, 20071-000

Telefax: (21) 2518-6194/ 2518-7964 Endereço eletrônico: [criola@criola.org.br](mailto:criola@criola.org.br)

**CUT- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES**

Contato: João Felício – Presidente

Rua Caetano Pinto nº 575 CEP03041-000 Brás, São Paulo SP

telefone (11) 2108 9200 - Fax (11) 2108 9310

E-Mail: [faleconosco@cut.org.br](mailto:faleconosco@cut.org.br)

**CONECTAS DIREITOS HUMANOS**

Contato: Oscar Vilhena – Diretor Executivo

Rua Pamplona, 1197 casa 4

São Paulo-SP 01405-030

Tel. (11) 3884-7440 Fax. (11) 3884-1122

e-mail: [julia.neiva@conectas.org](mailto:julia.neiva@conectas.org)

**FALA PRETA! - ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS**

Contato: Deise Benedito - Coordenação de Direitos Humanos

R. Vergueiro, 434 • 2º andar

Aclimação • 01504-000

São Paulo • SP

tel.: (11) 3277-4727

[falapreta@falapreta.org.br](mailto:falapreta@falapreta.org.br)

**FEDERAÇÃO DE ORGÃOS PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL – FASE**

Contato: Maria Elena

Rua das Palmeiras, 90 - 22270-070 –

Botafogo – Rio de Janeiro - RJ

(21) 2536.7350

e-mail: [fase@fase.org.br](mailto:fase@fase.org.br)





### **FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL**

Presidente: Carlos Fritzen, s.j

Endereço: Rua Rodrigo Lobato 141, Sumaré,

Sao Paulo, S.P CEP 05030-130

Tel.: (11) 3864-5381

Fax: (11) 3865-9761

E-mail do presidente: [fyafritzen@terra.com.br](mailto:fyafritzen@terra.com.br)

E-mail geral - [falegria@uol.com.br](mailto:falegria@uol.com.br) - [fyabrasil@uol.com.br](mailto:fyabrasil@uol.com.br)

### **GABINETE DE ASSESSORIA JURÍDICA ÀS ORGANIZAÇÕES POPULARES- GAJOP**

Contato: Fernando Antônio dos Santos Matos – Coordenador Geral

Rua do Sossego, 432 | Boa Vista | CEP 50050-080

Fones: (81) 3222-1596 | 3222-2036

Fax: (81) 3223-0081

E-mail: [gajop@veloxmail.com.br](mailto:gajop@veloxmail.com.br)

### **GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA**

Endereço: Rua Santa Isabel, 137 - 4º andar

Vila Buarque - São Paulo - SP

CEP: 01221-000

Fone: (11) 3333-3444

[geledes@geledes.org.br](mailto:geledes@geledes.org.br)

<http://www.geledes.org.br>

### **GRUPO DE APOIO À PREVENÇÃO À AIDS DA BAHIA – GAPA/BA**

Rua Comendador Gomes Costa, 39 - Barris

Tel.: (71) 3328-4270 - Fax: (71) 3328-4623

CEP: 40070-120 - Salvador - Bahia

[gapaba@terra.com.br](mailto:gapaba@terra.com.br)

### **INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS - IBASE**

Contato: Cândido Grzybowski [candido@ibase.br](mailto:candido@ibase.br) ou Fernanda Carvalho [fernanda@ibase.br](mailto:fernanda@ibase.br)

Av. Rio Branco, nº 124, 8º andar -

Centro - Rio de Janeiro - CEP 20040-916 - Telefone: (21) 2509-0660

Contato: Ivonio Barros [ivonio@ibase.br](mailto:ivonio@ibase.br)

**INSTITUTO DE ESTUDOS, FORMAÇÃO E APOSSORIA EM POLÍTICAS  
SOCIAIS- POLIS**

Contato: José Carlos Vaz – Coordenador Geral

Rua Araújo, 124

Centro - São Paulo - SP

CEP: 01220-020

Fone: (11) 3258-6121

Fax: (11) 3258-3260

email: polis@polis.org.br , comunicacao@polis.org.br , dicas@polis.org.br

**INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - INESC**

Contato: José Moroni

SCS Qd. 8 Ed. Venancio 2000 Bloco B sl 435

Fone: 3212-0200, 921- 4403 Fax: 3226-8042

Brasília - DF

E-mail: inesc@inesc.org.br , moroni@inesc.org.br

**INSTITUTO FEMINISTA PARA A DEMOCRACIA – SOS CORPO**

Contato: Maria Betânia Ávila e Carla Batista

Rua Real da Torre, 593 - Madalena

Recife - PE

CEP: 50.610-000

Fone: (81) 3445.2086

Fax: (81) 3445.1905

E.mail: info@soscorpo.org.br

**INSTITUTO FORMAÇÃO E APOSSORIA SINDICAL RURAL “SEBASTIÃO  
ROSA DA PAZ” – IFAS**

E-mail: ifas@ifas.org.br



### **INSTITUTO SÓCIO-AMBIENTAL – ISA**

Contato: Márcio Santilli - Coordenador

Fernando Baptista - Coordenador

SCLN, 210 - Bloco C sala 112

Brasília - DF

CEP:70862-530

Fone: (61) 30355114

Fax: (61) 30355121

E-mail: isadf@socioambiental.org

### **INSTITUTO PAULO FREIRE – IPF**

contato: Moacir Gadotti – Diretor Geral

Salete Camba

Rua Cerro Corá, 550 Conj. 22 2º andar

São Paulo – CEP: 05061-100

Tel.: (11) 3021-5536 Fax: (11) 3021-5589

E-mail: ipf@paulofreire.org – salete@paulofreire.org

### **JUSTIÇA GLOBAL**

Contato: Sandra Carvalho (9987-6541)

Av. Beira Mar, 406 - sala 1207

20021-900 - Rio de Janeiro, RJ

Tel.: (21) 2544 2320

Fax: (21) 2524 8435

E-mail: global@global.org.br

### **MNDH - MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS**

Contato: Rosiana Queiroz – Coordenadora Nacional

SEPN 506 BL. C Sala 34 subsolo - Brasília - DF

Fone: 3273-7320, 3274-7671 Fax: 274-7671

E-mail: mndh@mndh.org.br - rosiana@mndh.org.br

### **MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA**

HIGS 703, Bl. L Casa 42

CEP 700331-712 Brasília-DF

Fone: (61) 226-9634

E-mail: forumdca@brhs.com.br

**MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA**

Contato: João Luis joaoluis@bsb.mst.org.br

SCS Quadra 06 ed. Carioca Sala 708

CEP: 70306-000 - Brasília - DF

Fone: 3322-5035 (021)2532-3409/2532-3444

Fax: 225-1026

www.mst.org.br

E-mail: pola@bsb.mst.org.br - joaoluis@bsb.mst.org.br

**OBSERVATÓRIO DE FAVELAS**

Contato: Raquel Willadino Braga

Coordenadora do Núcleo de Violência e Direitos Humanos

Observatório de Favelas do Rio de Janeiro

Tel: (21) 3104-4057 / (21) 81030578

E-mail: raquel@observatoriodefavelas.org.br

Endereço: Rua Teixeira Ribeiro, 535, Parque Maré. Maré. Rio de Janeiro.

CEP: 21.044. 251

**REDE DE INFORMAÇÕES PARA O TERCEIRO SETOR – RITS**

Contato: Paulo Henrique Lima – Diretor Executivo

Rua Guilhermina Guinle, 272, 6º andar

Botafogo

Rio de Janeiro/ RJ

CEP: 22270-060

telefone: (21) 2527-5494

fax: (21) 2527-5460

E-mail: rits@rits.org.br – plima@rits.org.br

**REDE SOCIAL DE JUSTICA E DIREITOS HUMANOS**

Rua Castro Alves, 945, Aclimação

São Paulo - SP - Brasil

Tel.: (11) 3271 1237/3275 4789

Fax.: (11) 3271 4878

Email: rede@social.org.br

Internet: www.social.org.br



## **TERRA DE DIREITOS**

Contato: Darci Frigo (9987-4660)

R. José Loureiro, 464, 2º and, conj. 26 . – CEP: 80010-907

Curitiba- Paraná

Fones: (41) 232-4660

E-mail.: frigo@terradedireitos.org.br

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias agradece a participação dos professores Fernando O. Paulino e Murilo César Ramos, do Laboratório de Políticas de Comunicação da Universidade de Brasília, na organização do Encontro Nacional de Direitos Humanos - 2005.



## **APRESENTAÇÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS**

Este é o relatório do Encontro Nacional de Direitos Humanos 2005 - Direito Humano à Comunicação: Um Mundo, Muitas Vozes, realizado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara (CDHM) e o Fórum das Entidades Nacionais de Direitos Humanos (FENDH), nos dias 17 e 18 de agosto, com o apoio da Subsecretaria de Direitos Humanos, Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Unesco e Universidade de Brasília (UnB), e teve lugar na Câmara dos Deputados, em Brasília. Participaram membros de organizações do Estado e da sociedade, entre outras pessoas ligadas à luta pelos direitos humanos.

Este documento não é completo, mas procura resumir as discussões dos painéis e grupos, contém os textos dos pronunciamentos dos representantes das duas organizações promotoras – o Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos e a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, além das moções e da Carta de Brasília, com a síntese dos consensos estabelecidos no Encontro e as transcrições das três plenárias realizadas nos dois dias de Encontro, entre outros documentos relacionados ao tema em discussão.

O Encontro manteve a tradição anual, criada pela parceria da CDHM com o movimento social e as organizações do setor, de ser um espaço nacional com a finalidade de avaliar a situação dos direitos humanos no Brasil, propiciar a troca de experiências e idéias, formular políticas públicas e desencadear mobilizações. A 9ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em 2004, deliberou que as conferências passariam a ser bienais.

Para dar formato e planejar o Encontro, um Comitê Organizador integrado por representantes das entidades promotoras e apoiadoras reuniu-se ao longo de três meses. Além de ter viabilizado um evento com participação e inclusão de todos os segmentos interessados, o Comitê possibilitou a coesão de diferentes atores da luta pelos direitos humanos, incluindo os que se mobilizam em torno do direito humano à comunicação.

O Comitê de Organização manteve na programação os assuntos de interesse permanente mas elegeu, como tema central da edição 2005, o **Direito Humano à Comunicação**, por sua atualidade e importância para a sociedade e para os diferentes segmentos da luta pelos direitos humanos.

Os temas dos Grupos de Trabalho corresponderam aos objetos de documentos e visitas oficiais de monitoramento de direitos no Brasil este ano: Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher; Relatório da sociedade brasileira sobre a implementação do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos; Combate à tortura; Proteção aos defensores dos direitos humanos; Direito Humano à Comunicação; Violação dos direitos humanos na mídia: Educação e Comunicação em Direitos Humanos; Estado federal e implementação de tratados, recomendações e decisões de direitos humanos; Avaliação de políticas públicas de direitos humanos.

A avaliação do Encontro é positiva, não só pela presença e participação das 520 pessoas provenientes de mais de 200 organizações de todo o país. Foi possível a todos, ao longo dos dois dias de trabalho, interagir de forma produtiva e levar para comunidades e locais de trabalho um saldo de novas idéias, propostas, contatos e, sobretudo, novas possibilidades de ação conjunta com outros parceiros igualmente comprometidos em defender e promover os direitos humanos.

Há que se destacar nesse balanço, também, a valorização do direito à comunicação como direito humano, cuja incidência transversal confere-lhe importância crescente para a realização de todos os demais direitos. A Carta de Brasília, documento final do Encontro, destaca o compromisso assumido por todos os defensores de direitos humanos com a luta pelo pleno respeito ao direito à comunicação.



## **TEXTOS ELABORADOS PELA ORGANIZAÇÃO DO ENCONTRO COMO REFERÊNCIAS PARA O DEBATE**

A partir da realização da IX Conferência Nacional de Direitos Humanos em 2004, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) e o Fórum das Entidades Nacionais de Direitos Humanos (FENDH) tornaram-se responsáveis pela realização bienal de Encontros Nacionais.

Para este ano de 2005, o Encontro Nacional tem como tema central *O Direito Humano à Comunicação* que constitui uma das questões de debate crescente na realidade brasileira em razão dos obstáculos ao exercício da liberdade de expressão e dos problemas de difusão de informações à sociedade. O Encontro pretende estimular o debate sobre o direito à comunicação e sobre as demandas por políticas públicas que assegurem a diversidade, a defesa e a promoção dos direitos humanos, em suas várias vertentes, no sistema de comunicação e informação.

A escolha do tema, em particular, está fundamentada no fato de ser este ano comemorativo dos 25 anos da publicação do relatório produzido pela Unesco, em 1980, intitulado “*Um mundo e muitas vozes: comunicação e informação na nossa época*”, que ficou conhecido como “Informe MacBride”. Esse relatório elaborado sob a presidência de Sean MacBride, ganhador dos Prêmios Nobel e Lênin da Paz, discute o controle governamental, a censura, o monopólio e a comercialização dos meios de comunicação, bem como analisa as questões relacionadas ao domínio cultural, ao poder das corporações transnacionais, ao direito de informar e à possível contribuição dos meios de comunicação para a solução dos problemas mundiais. O relatório considera o



direito à comunicação como “prolongamento lógico do progresso constante rumo à liberdade e à democracia”.

Nessa linha, o debate diz respeito justamente à relação entre os meios de comunicação e a construção de uma sociedade justa e igualitária, sob primazia dos Direitos Humanos e da democracia, formada pela cidadã e pelo(a) cidadã(o) participativo(a), consciente e informado(a) sobre as questões que envolvem sua vida e o cotidiano de sua comunidade.

Pode-se dizer que, em linhas gerais, o direito à comunicação por um lado consagra direitos individuais, dentre os quais o direito à liberdade de expressão e de informação, por meio do qual a pessoa marca sua identidade civil, política, econômica, social e cultural. De outro lado, constitui-se em um direito cujo conteúdo é destinado à coletividade. Nesse aspecto o direito à comunicação, como direito social, determina-se pelo acesso irrestrito à informação e ao conhecimento e aos meios de produção e veiculação de idéias mediante condições técnicas e materiais que permitam ao cidadão e à cidadã o exercício pleno do seu direito de ter voz e de ser ouvido. Em suma, um direito que situa a pessoa como protagonista e narradora de sua história além de partícipe ativo nos destinos da humanidade.

O direito de ter voz e de ser ouvido, assim, vincula-se de forma direta à existência de um sistema que viabilize o exercício da liberdade de expressão mediante o acesso à uma mídia livre e pluralista que respeite as diversidades étnicas, culturais e regionais e que atue na difusão de informações sobre as questões políticas, sociais, econômicas e culturais de maneira veraz e ética.

Dessa forma, a compreensão e a efetivação do direito à comunicação refletirá diretamente na realização de outros direitos humanos, razão pela qual o debate não pode ser feito dissociado da análise da realidade brasileira relativa a temas transversais, tais como à pobreza, à discriminação, à tortura e a outras formas de segregação e de violações a direitos fundamentais.

Em informe recente o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, órgão vinculado ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos constata que a sociedade brasileira vivencia a generalização da discriminação contra a mulher, em particular quanto ao acesso ao trabalho e igualdade de remuneração; contra afro-brasileiros, e povos indígenas. O relatório do Comitê, que analisa a situação do Brasil no período de 1989 a 2004, revela que a situação de pobreza extrema aliada à ausência de agentes do Estado capacitados para os direitos humanos e de políticas públicas adequadas tem se constituído em obstáculo ao exercício dos direitos e liberdades fundamentais consagrados



na ordem interna e internacional, em particular, no Pacto de Direitos Civis e Políticos e no Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Esse relatório, embora reconheça as ações implementadas, constata que persistem as desigualdades extremas do Estado Brasileiro e recomenda a adoção de medidas eficazes para garantir que se exerçam todos os direitos consagrados nos pactos e que se melhore seus programas de capacitação em direitos humanos, bem como se adote todo tipo de medidas para proibir a discriminação de raça, cor, origem étnica e sexo em todos os campos da vida econômica, social e cultural.

A defesa e a promoção do direito à comunicação como direito fundamental deve ser incorporada nas ações das organizações que atuam na área de direitos humanos, tanto no âmbito interno quanto internacional, especialmente para impedir violações a direitos pelos meios de comunicação. No âmbito internacional, deve-se ressaltar, desde a década de 60 o tema é abordado. Sob esse enfoque a Unesco reúne uma série de programas e projetos destinados à comunicação, dentre os quais o Programa V e o IPDC– *International Program for the Development of Communication* (Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação). A entidade, nessa área, busca em linhas gerais “estabelecer novos meios pelos quais todos os membros da sociedade, especialmente os jovens, possam participar ativamente na vida política e cultural de sua comunidade por meio da mídia. Isso envolve a promoção do acesso à mídia, ao conhecimento sobre as técnicas envolvidas e ao desenvolvimento de uma perspectiva crítica sobre os meios de comunicação”.

A atuação desse órgão das Nações Unidas pelo seu Programa V está voltada a promover ações destinadas a reduzir a exclusão digital e promover a integração social, assegurar a independência e o pluralismo dos meios de comunicação, viabilizar o acesso a informação nas áreas rurais e nas zonas urbanas desfavorecidas; reconhecer programas comunitários com baixo custo para a divulgação de informação e de conhecimento, definir a função social dos serviços de radiodifusão de som e de sons e imagens; proporcionar o acesso da população às tecnologias e a comunicação na educação e fomentar a diversidade étnica, cultural e religiosa.

De outra ordem, o IPDC é um fórum multilateral destinado a promover o debate sobre o tema em vários países membros em favor de uma mídia livre e pluralista e que apóia vários projetos para a América Latina e Caribe, inclusive para o Brasil, a exemplo do projeto aprovado na 48ª seção em março de 2005, destinado a que a voz das mulheres seja ouvida na questão acerca

do desarmamento. Segundo pesquisas as mulheres são as mais afetadas nessa questão seja pelo índice de homens mortos (maridos, filhos, etc.) em situações de conflito social, criminalidade nas áreas mais desfavorecidas economicamente, ou domésticas (vítimas de crimes praticados por arma de fogo). Esse projeto destina-se a orientação dos profissionais dos meios de comunicação a dar voz às mulheres para que se manifestem sobre a questão.

Assim, o envolvimento de instituições e indivíduos que atuam na esfera pública revela-se fundamental para concretizar os Direitos Humanos e aprofundar a democracia. Este Encontro destina-se, então, a compartilhar experiências e produzir subsídios para a formulação de políticas públicas que consagram o direito à comunicação como direito humano, além de fazer avançar a implementação do conjunto de direitos humanos. Assim o Encontro será momento de convergência e projeção de idéias para o planejamento e a construção de um sistema de comunicação livre e plural, que assegure a difusão das muitas vozes deste País.

## **Roteiro para o debate do tema central do Encontro: O direito humano à comunicação**

### **1ª parte: Compreensão e efetivação do direito à comunicação**

1. Como o Relatório *Um mundo e muitas vozes* (Informe MacBride) pode se constituir em referência para a retomada do diálogo internacional visando atualizar os instrumentos normativos relacionados ao direito à comunicação?
2. Sendo a linguagem um instrumento de poder, quais os espaços e limites para que seu uso consciente favoreça a consagração dos direitos humanos, e não sua violação?
3. De que forma o acesso à informação, ao conhecimento, às idéias e às imagens podem ser universais?



4. Conhecimentos produzidos em universidades públicas e outras instituições da sociedade civil têm sido, cada vez mais, apropriados com fins meramente comerciais por grandes corporações econômicas. Como construir um sistema de partilha do saber humano que assegure a todos os segmentos da população o acesso igualitário e equilibrado ao conhecimento produzido e disseminado por universidades, centros de pesquisa e entes sociais afins? Como garantir que o conhecimento (na forma ampla do conceito, incluindo ciência e cultura) produzido pela sociedade não seja apropriado apenas por uma minoria economicamente privilegiada?
5. Quais diretrizes devem nortear o processo de concessão do direito de exploração do sistema de radiodifusão e de telecomunicações pelo Ministério das Comunicações e pela Anatel?
6. Como assegurar que concessionários de rádio e tevê, além de outros veículos de comunicação, respeitem os direitos humanos em suas programações, sem prejuízo da liberdade de expressão?
7. Quais são os padrões éticos apropriados para o Brasil de hoje, tendo em vista a importância da mídia na formação cultural, sua influência política e seu papel na construção da cidadania?
8. Por que concessionários e outros controladores de meios de comunicação desrespeitam sistematicamente os princípios legais vigentes relacionados às funções educativas, informativas e culturais e o respeito à imagem do cidadão e da cidadã?
9. Quais os caminhos para construir de uma ordem jurídica democrática e atualizada para regular o acesso a documentos e outras informações públicas de fontes oficiais?

## **2ª parte: A comunicação e as questões sociais: influência e mecanismos de efetivação transversal dos direitos**

1. Como possibilitar aos diversos segmentos da população o acesso à livre expressão da sua subjetividade, das suas opiniões e de sua identidade cultural?
2. Como garantir que a produção cultural de grupos regionais e locais seja difundida pelos meios de comunicação, de forma a garantir que a imensa diversidade cultural (inclusive pelas dimensões de etnia, gênero, opção sexual, política, religião etc.) do país esteja devidamente contemplada nos meios de comunicação, sobretudo nas emissoras de rádio e tevê, que são concessões públicas que devem servir ao interesse público?
3. Como conciliar o direito à liberdade de expressão com o direito de não ser estigmatizado e discriminado?
4. Que medidas e ações são necessárias para a capacitação dos profissionais de comunicação para o respeito aos direitos humanos?
5. O aumento das ações judiciais por danos morais contra a imprensa no Brasil estaria se transformando numa forma de intimidação e pressão econômica contra a liberdade de informar? Até que ponto é legítimo arguir o direito do cidadão comum e do agente público à imagem, honra e privacidade? Os atuais códigos de ética conseguem definir as responsabilidades dos jornalistas e empresas de comunicação em harmonia com os direitos humanos?
6. Como impedir a ocorrência de censura pelo Estado (em suas diversas instâncias e níveis federativos) e, tão ou mais difícil de combater, a censura econômica, ideológica ou corporativa efetuada por meios de comunicação?
7. Os meios de comunicação se constituem, praticamente, como um dos últimos setores de grande importância para a sociedade que, no Brasil, não possui nenhum instrumento de controle público e social para lhe



servir como contrapeso e eventual freio aos abusos que, a cada dia, são cometidos em nome da idéia de liberdade de imprensa. Este conceito, por vezes, é distorcido de seu princípio original e concebido como liberdade absoluta e irrestrita, o que acaba servindo de justificativa para todo tipo de violação à deontologia jornalística e para o favorecimento de interesses político-econômicos particulares. Portanto, é necessária a criação de instrumentos de controle público e social que possam contribuir para o primado do interesse público, da comunicação como direito humano, sobre os interesses exclusivos dos donos da mídia e sobre sua liberdade de expressão particular.

8. Como garantir a criação e a adoção de medidas efetivas, de acordo com a necessidade, para enfrentar a representação inadequada ou torpe de mulheres, grupos étnicos e segmentos sociais mais vulneráveis e marginalizados por parte da mídia?
9. Como impedir que a publicidade comercial exerça influência danosa, estimulando a consolidação da lógica da mercadoria sobre a lógica dos direitos humanos, perante o conjunto da sociedade, sem que isso signifique restrição à liberdade de criação e expressão?
10. Como garantir a participação efetiva por parte de todos os elementos da sociedade civil na preparação, implementação e avaliação de estruturas e políticas públicas de comunicação? Consultas e audiências públicas realizadas pelas instâncias do Estado, conferências locais, regionais e nacionais de comunicação, tendo a sociedade civil como principal protagonista, são algumas propostas que apontam nesse caminho.
11. Com quais mecanismos e processos pode-se garantir que as preocupações e reclamações públicas relativas à comunicação sejam ouvidas e atendidas? Tempo de antena não só aos partidos políticos (propaganda política), mas também às organizações sociais, ouvidoria de mídia e/ou comitês, *ombudsmans* (provedores dos leitores, ouvintes ou telespectadores), conselhos de programação, conselhos de leitores/ouvintes/telespectadores, conselhos de ética nos veículos e entidades representativas, conselhos de imprensa, entre outras propostas, são instrumentos já utilizados com êxito em experiências localizadas, que podem e devem ser

ampliadas e aperfeiçoadas. Qual o papel que deveria ser desempenhado pelo Conselho de Comunicação Social ([www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs))?

12. Como ampliar o acesso da população em geral às tecnologias da informação e comunicação (TICs) e/ou garantir que os benefícios destas sejam partilhados por toda a sociedade? Paralelamente a isso, como ampliar e aprimorar a rede de bibliotecas públicas e implementar políticas públicas que tornem a literatura mais acessível e atraente para a população? Como garantir que as TICs exerçam atuação relevante no processo de Educação em Direitos Humanos?
13. Como preservar e difundir o patrimônio cultural das populações tradicionais e de comunidades lingüísticas especiais, como danças, músicas, narrativas, grafismos e artesanato, literatura popular, expressões religiosas entre outras manifestações?
14. Como garantir que as pessoas com deficiência efetivem seu direito à comunicação? Nestes casos, qual deve ser o papel do Estado no respeito, na proteção e no provimento deste direito, bem como dos demais direitos humanos?
15. Rádios comunitárias, que são duramente reprimidas pelo Estado e sofrem verdadeiro cerco às suas atividades, possuem enorme potencial de contribuir para a realização do direito humano à comunicação das comunidades socialmente vulneráveis e de prestar outros serviços públicos relevantes. Que se pode sugerir no sentido de equacionar os direitos e interesses envolvidos na questão?
16. Como garantir a sobrevivência dos pequenos veículos (de imprensa e radiodifusão), como jornais, revistas, rádios e tevês de âmbito comunitário, além de veículos comerciais que não pertençam a grandes grupos empresariais, estimulando assim a diversidade de vozes e opiniões na esfera pública? Tal como é feito em outros países, devem ser destinados recursos públicos para esse tipo de mídia com o objetivo de promover e assegurar a liberdade de expressão das diversas correntes de pensamento existentes?



17. Por fim, como fortalecer práticas que favoreçam a apropriação do direito à comunicação por toda a população, superando a concepção da comunicação como um mero instrumento ou um espaço de intervenção apenas para “especialistas”?

### **Observação:**

Os Grupos de Trabalho (GTs) puderam adaptar essas questões e formular outras quando entenderam que suas temáticas poderiam ser melhor tratadas com uso de outras problematizações.





## PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRO

**Quarta-feira, 17 de agosto**

**Local: Auditório Nereu Ramos, Câmara dos Deputados, Brasília-DF**

**8h30 – Cerimônia de abertura**

### **Cerimônia de abertura**

- Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, Deputada **IRINY LOPES**
- Representante do Fórum das Entidades Nacionais de Direitos Humanos, **IVONIO BARROS**
- Subsecretário de Direitos Humanos – **Sr. MÁRIO MAMEDE**
- Subprocuradora-Geral da República e Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão – **DRA. ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO**
- Coordenadora do Setor de Comunicação e Informação da UNESCO – **DRA. MARIA INÊS BASTOS**
- Presidente da Associação Nacional dos Juizes Federais – AJUFE – **DR. JORGE MAURIQUE**

**9h30 - Homenagem a alguns defensores de direitos humanos que deram a vida pelo seu povo e foram assassinados com armas de fogo.**

### **Nomes projetados:**

- **Eugênio Lyra** – Advogado da Bahia
- **Paulo Fonteles** – Advogado do Pará
- **Chico Mendes** - Sindicalista do Acre
- **Margarida Alves** – Sindicalista do Paraíba
- **João Batista Andrade** – Advogado do Pará
- **Pe. Josimo Tavares** – Religioso do Pará
- **Pedro Jorge Melo e Silva** - Procurador da República em Pernambuco
- **Ewerton Monte Negro** – Advogado do Espírito Santo
- **João Canuto** – Sindicalista do Pará
- **Valdício Barbosa** – Trabalhador rural do Espírito Santo
- **Verino Sossai** - Trabalhador rural do Esp. Santo
- **Santo Dias** – Sindicalista de São Paulo
- **Gilson Nogueira** – Advogado do Rio Grande do Norte
- **Irmã Dorothy** – Religiosa do Pará

**10h30 – Painel principal: Nova Ordem da Informação e Direitos Humanos: trajetória histórica do conceito**

### **Expositores**

- **Sr. Marco Antonio Rodrigues Dias** (Universidade das Nações Unidas)
- **Sr. José David Salomão Amorim** (Iesb)
- **Sr. Murilo César Ramos** (Lapcom- Universidade de Brasília)

### **Debatedores**

- **Sra. Cícilia Peruzzo** (Intercom)
- **Sr. Luiz Gonzaga Motta** (Núcleo de Estudos de Mídia e Política - UnB)

**14h15 às 17h - Painéis Simultâneos****Painel 1 - Direito Humano à Comunicação e Políticas Públicas**

Foram debatidas as iniciativas do Estado e da sociedade civil para garantir o Direito Humano à Comunicação, entendido como o direito que a pessoa tem de se expressar, manifestando sua identidade civil, política, econômica, social e cultural. Também foram discutidas medidas que visem assegurar que concessionários de radiodifusão e outros veículos de comunicação respeitem os direitos humanos em suas programações, sem prejuízo da liberdade de expressão.

- Coordenador: Murilo Ramos
- Expositores: Sérgio Murillo de Andrade (Fenaj-FNDC) e Gustavo Gindre (Indecs)
- Debatedores: João Brant (Cris) e Ela Wiecko Volkmer de Castilho (PFDC-MPF)

**Painel 2 - A Importância da Comunicação na Educação em Direitos Humanos**

Espaço de poder e sociabilidade, a mídia atua na formação da opinião pública em relação a valores, crenças e atitudes. Seu potencial para a educação em direitos humanos é tão forte quanto sua capacidade de difundir estereótipos contrários às conquistas expressas na Declaração Universal e na legislação em vigor. Como influir para que a mídia seja parceira nos esforços de educação para os direitos humanos?

- Coordenador: Deputado Leonardo Mattos (PV-MG)
- Expositores: Aída Monteiro (Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos) e Ricardo Henriques (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade)
- Debatedores: Mara Régia (Radiobrás) e Washington Araújo (Senado Federal)

### **Painel 3: Gênero, Raça e Etnia na comunicação**

A mídia parece desconhecer que a variável raça promove desigualdades entre brancos e negros. Mas, é necessário dizer que a mídia não está só nesta miopia: estudiosos e estudiosas também não olham esse aspecto com a devida nitidez. A mídia sabe cobrir o poder, sobretudo no plano político. Cobre Brasília, partidos políticos e uma parcela institucional muito reduzida da sociedade. Mas quando é pautado um debate sobre educação ou saúde, poucos na redação pensam em procurar lideranças comunitárias para que exponham propostas inovadoras que estão sendo desenvolvidas país afora. Isto quer dizer: o mapa da sociedade civil não está na redação. Aqui é preciso acrescentar: o mapa, com os recortes de gênero e raça, também não estão nos veículos de comunicação.

- Coordenador: Dep. Ana Guerra (PT-MG)
- Expositoras: Nilza Iraci (Geledés, Instituto da Mulher Negra) e Jacira Melo - Instituto Patrícia Galvão (Comunicação e Mídia)
- Debatedores: Guacira César de Oliveira (Cfemea) e Iradj Eghrari (Comunidade Baha'i)

### **Painel 4: Estado Federal e a implementação dos tratados sobre direitos humanos**

Os instrumentos e mecanismos de defesa, proteção e promoção dos direitos humanos têm sido ratificados na mesma medida em que também crescem as dificuldades de implementá-los no âmbito do Estado Federal, compreendido a União, Estados e Municípios e as responsabilidades de todos os entes federados diante da violação dos direitos humanos no Brasil. A cada ano, ocorrem novas recomendações e decisões decorrentes dos mecanismos de fiscalização e monitoramento do sistema internacional de direitos humanos, seja global ou regional, e a conseqüente dificuldade de implementação pelo Estado Federal como um todo, implicando diretamente na realização dos direitos humanos.

- Coordenador: Dep. Geraldo Thadeu (PPS-MG)
- Expositores: Flavia Piovesan (CDDPH) e Eugênio Aragão (MPU)
- Debatedor: Francisco Sales (Conselho Nacional dos Procuradores Gerais de Justiça)



**17h – 17h15 – Intervalo para café**

**17h15 às 19h30: Grupos de Trabalho**

Os nove Grupos de Trabalho corresponderão aos objetos de documentos da sociedade civil e visitas oficiais de monitoramento de direitos no Brasil este ano.

### **GT Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher**

Esse GT pretendeu identificar a real situação das mulheres brasileiras, em especial daquelas em desvantagem social - índias, negras, encarceradas, empregadas domésticas, rurais, lésbicas, jovens, idosas, trabalhadoras - e avaliar a eficácia das ações e políticas do Estado brasileiro em cumprimento à CEDAW e às recomendações do Comitê CEDAW de 2003. Pretende também apontar medidas necessárias e adequadas ao pleno e efetivo cumprimento da Convenção para eliminar a discriminação contra mulheres nas esferas pública e privada e assegurar a igualdade entre mulheres e homens.

### **GT Relatório da sociedade brasileira sobre implementação do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – Este grupo foi aglutinado ao grupo 08 - Estado Federal e implementação dos tratados internacionais de direitos humanos**

O grupo teve por objetivo debater o papel da sociedade civil no monitoramento dos compromissos assumidos pelo Estado Brasileiro no que se refere ao Pacto Internacional dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais, o Contra Informe PIDCP (Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos) e o Informe Alternativo PIDESC (Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais). Em recente informe, a Representação Regional do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas para a América Latina e Caribe observou que, embora haja alguns avanços desde a Constituição de 1988, o Brasil ainda encontra-se em uma situação de pobreza extrema, onde 42% da população vive em moradias inadequadas, sem abastecimento de água

suficiente ou saneamento básico e 50% vive em comunidades não estruturadas (assentamentos e moradias ilegais).

Outras inúmeras preocupações relativas as violações aos direitos econômicos, sociais e culturais foram relatadas pelo Comitê que recomendou, em 2003, que o Estado Brasileiro adotasse medidas urgentes para corrigir as discriminações contra afro-brasileiros, povos indígenas, grupos minoritários e mulheres, especialmente em matéria de emprego, saúde e educação, e que no próximo informe apresentasse ao Comitê informações pormenorizadas, inclusive com dados estatísticos comparados.

### **GT Combate à tortura**

O grupo debateu o relatório sobre tortura encaminhado ao Comitê Contra a Tortura (CAT/ONU), visando socializar, atualizar e complementar as informações. Não obstante ser o Brasil signatário da Convenção para eliminação da tortura e outros tratamentos e penas cruéis, desumanos e degradantes, e de estar vigindo a Lei 9.455/97, a prática da tortura persiste nos distritos policiais e nas prisões, conforme demonstrou o “Segundo relatório brasileiro sobre o Pacto de Direitos Civis e Políticos” apresentado às Nações Unidas. Os Estados Parte da Convenção estão obrigados a encaminhar relatório anualmente. Segundo o Guia Geral para relatórios adotado pelo Comitê (CAT), os relatórios deverão conter uma primeira parte com informações relativas às ações do Estado. Outra será dedicada à implementação da Convenção, incluindo quaisquer mudanças na legislação que prejudiquem a realização dos objetivos da Convenção, casos judiciais que influenciem na sua aplicação, além de medidas políticas ou jurídicas de reparação ou compensação às vítimas. Segundo o relator especial da ONU contra a Tortura, trata-se de um problema global, cuja solução resultará não da ação isolada dos Estados, mas do esforço conjunto nos níveis internacional, nacional e local, o que nos impõe a todos ampla discussão na formulação de propostas para eliminar a tortura no Brasil e a impunidade dos seus perpetradores.

### **GT Violações de direitos humanos na mídia**

O grupo visou estabelecer um diálogo entre os militantes de diversas áreas dos direitos humanos e militantes do direito humano à comunicação para debater mecanismos de exigibilidade voltados à proteção e combate à vio-



lações veiculadas na mídia. O GT deverá produzir um mapeamento dos mecanismos e órgãos existentes (como o Ministério Público e a Campanha “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”) e apresentar sugestões aos atuais e a novos instrumentos. Também contribuirá nesse esforço, a sistematização de experiências de respostas a representações inadequadas de grupos minorizados e violações explícitas dos direitos humanos nos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação.

### **GT Direito Humano à Comunicação: conceituação e indicadores**

Este GT foi mais voltado ao aprofundamento e delimitação de quais conceitos conformam o direito humano à comunicação e quais indicadores podem ser usados como referência para a sua realização. Buscou formulações mais específicas sobre o direito humano à comunicação, sua definição, delimitação e propostas concretas de políticas e ações para sua efetiva realização. Incluiu a busca de uma estratégia de retomada do debate interrompido após a publicação do relatório MacBride.

### **GT Educação e Comunicação em Direitos Humanos**

O grupo discuiu a primeira versão do plano elaborado pelo Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (SEDH), destinado a orientar as políticas públicas e ações da sociedade nessa área. Pretende o grupo reunir os setores interessados e apresentar propostas para o aperfeiçoamento da versão final, a ser apresentada no final do ano. A orientação para educação em Direitos Humanos é prevista em vários instrumentos internacionais, como na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu art. 26, no Pacto de DESC, art. 13, na Convenção sobre os Direitos da Criança, no art. 29, e na Declaração de Viena (1993). Caracteriza-se como processo de “treinamento e difusão de informações destinadas à construção de uma cultura universal dos direitos humanos, por meio de experiências compartilhadas e mudança de atitudes direcionadas ao fortalecimento do respeito aos direitos e liberdades fundamentais, de tal forma a proporcionar o desenvolvimento completo da personalidade humana e de seu senso de dignidade”.

A ONU adotou um programa de ação para as décadas de 1984-2005 relativo à educação em direitos humanos. Esse programa reúne cinco objetivos básicos, dentre os quais o fortalecimento da mídia popular. Recomenda que

a educação em direitos humanos seja ação conjunta de entidades no âmbito internacional, regional, nacional e local, destinados a implementar a informação pública que promova a compreensão, tolerância, igualdade entre os sexos e amizade entre todas as nações, pessoas indígenas e grupos raciais, nacionais, étnicos, religiosos e lingüísticos.

### **GT Avaliação de políticas públicas de direitos humanos**

Em debate a execução do II Plano Nacional de Direitos Humanos, a elaboração e revisão do Plano Plurianual, a atual execução orçamentária (a partir dos estudos do Inesc) e relatos de experiências setoriais e de governos estaduais.

### **GT Estado Federal e implementação dos tratados internacionais de direitos humanos**

Este GT pretendeu aprofundar e delimitar as implicações que todo o arcabouço de direitos humanos, com seu marco legal e mecanismos de monitoramento e fiscalização. Quais mecanismos podemos definir para a efetiva realização desses instrumentos pelo Estado Federal? Buscaremos formular propostas de políticas, ações e a construção de novas institucionalidades? Como o Estado brasileiro tem ratificado a maioria dos tratados de direitos humanos e se submetido ao monitoramento e fiscalização, torna-se necessário para o movimento social definir e delimitar novos meios que assegurem a implementação desses instrumentos.

### **GT Defensores de Direitos Humanos**

Esse GT pretende levantar subsídios para o Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos que está em fase de elaboração, além de reunir elementos para preparar informe à relatora da ONU sobre o tema. Abordaremos aspectos como o próprio conceito de defensor de direitos humanos, risco e vulnerabilidade (morte e ameaças), criminalização do defensor, unidade especial de defensores de direitos humanos/OEA. Em referência a essa matéria, o informe 2004 do Observatório para a proteção dos defensores de direitos humanos, órgão instituído pela Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH), revela que em todo o mundo, os defensores de direitos hu-





manos têm sofrido ameaças em sua “integridade física e psicológica (tortura, ameaças de morte, agressão, assassinatos)”, em particular em função das políticas atuais de segurança dos Estados.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA) e a Comissão Direitos Humanos (ONU) tem revelado sua preocupação com a situação dos defensores na América Latina, considerada uma das regiões mais perigosas para estas pessoas. O art. 21, inciso 1.º e 2.º da Declaração das Nações Unidas dispõe que todas as pessoas têm o direito de participar de ações pacíficas contra as violação de direitos humanos e que é dever do Estado, por meio das autoridades competentes, protegê-las de qualquer violência ou ameaça no exercício desse direito. O debate, portanto, tem por fim contribuir para a construção de um sistema político e jurídico de proteção efetiva aos defensores de direitos humanos no Brasil.

### **Quinta-feira, 18 de agosto**

**Local: Auditório Nereu Ramos**

#### **8h45 – Lançamento de livros**

Espaço aberto aos interessados em lançar obras relacionadas a direitos humanos e comunicação

#### **9h às 13h – Plenária para apresentação de moções e denúncias**

A palavra será aberta a todos os que se inscreverem no próprio auditório para propor moções, formular denúncias e informes

#### **11h às 13h - GTs: revisão e relatório**

Os relatores dos Grupos de Trabalho submeteram a primeira versão dos respectivos relatórios aos integrantes do GT para receber a redação final

**11h às 13h - Preparação da “Carta de Brasília”**

Elaboração das principais conclusões e análises do Encontro por uma comissão formada pelos organizadores do Encontro e relatores dos GTs.

**14h – Exibição do vídeo da série: “Não é o que parece”****14h30 às 17h – Plenária final**

Apresentação dos relatórios de cada Grupo de Trabalho, debate e aprovação da Carta de Brasília.

**17h – Encerramento**

Entrega da Carta de Brasília ao Subsecretário de Direitos Humanos, Mário Mamede.



**17/08/2005, às 9 horas**

**O SR. APRESENTADOR** (David Rayol) - Autoridades presentes, senhoras e senhores, bom-dia.

Realiza-se neste momento a cerimônia de abertura do Encontro Nacional de Direitos Humanos, uma promoção da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e do Fórum das Entidades Nacionais de Direitos Humanos, com o apoio da Secretaria Especial de Direitos Humanos, da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania do Senado Federal, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, da UNESCO e da Universidade de Brasília – UnB.

Neste momento, convidamos para compor a Mesa de honra a Exma. Sra. Deputada Iriny Lopes, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (*palmas*); o Dr. Mário Mamede, Subsecretário de Direitos Humanos da Presidência da República (*palmas*); a Exma. Sra. Ela Wiecko Wolkmer de Castilho, Subprocuradora da República e Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão (*palmas*); o Dr. Jorge Maurique, Presidente da Associação Nacional dos Juizes Federais — AJUFE (*palmas*); a Sra. Maria Inês Bastos, representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura — UNESCO no Brasil (*palmas*) e o Sr. Ivônio Barros, representante do Fórum das Entidades Nacionais de Direitos Humanos (*palmas*).

---

\*Notas taquigráficas

Senhoras e senhores, neste ano o presente evento tem como tema central *Direito humano à comunicação: um mundo, muitas vozes* e como objetivos avaliar a situação dos direitos humanos no Brasil, inclusive com relatos sobre os Estados, oferecendo recomendações às instituições estaduais e à sociedade sobre políticas públicas para o setor; propiciar às organizações e ativistas da área espaço para troca de experiências e de idéias no sentido da promoção de direitos, ações em rede e mobilizações de interesse coletivo, e estimular o debate a respeito da comunicação como direito humano, princípio estabelecido há 25 anos pelo relatório *Um Mundo e muitas vozes — comunicação e informação na nossa época*, publicado pela UNESCO.

Senhoras e senhores, neste momento convidamos para fazer uso da palavra, abrindo esta cerimônia, o Sr. Ivônio Barros, representante do Fórum das Entidades Nacionais de Direitos Humanos.

## **Discurso do representante do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos, Ivônio Barros\***

**O SR. IVÔNIO BARROS** - Bom-dia a todos.

Cumprimento a Mesa na pessoa da Deputada Iriny Lopes, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, e agradeço aos presentes, em nome da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e do Fórum das Entidades Nacionais de Direitos Humanos, a participação. Vários participantes ainda estão a caminho, pois se atrasaram devido a dificuldades de trânsito.

A todos os defensores e defensoras dos direitos humanos a nossa homenagem especial.

Na verdade, segundo a nossa tradição, não era para que eu estivesse aqui representando as entidades, mas a socióloga Azelene Kaingáng, que falaria em nosso nome, teve dificuldade de chegar e, por isso, eu a estou substituindo.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e o Fórum das Entidades Nacionais de Direitos Humanos estão realizando este Encontro Nacional de Direitos Humanos para que as pessoas possam realmente se encontrar, trocar experiências, reforçar laços de confiança e criar novas redes de comunicação.

O que queremos é que os senhores se encontrem, que nos encontremos, que este seja um espaço em que, de 2 anos em 2 anos, possamos nos encontrar,

---

\* Discurso proferido na abertura do encontro



discutir novas idéias, novas propostas, rediscutir idéias antigas, avaliar o nosso processo e reforçar a nossa luta a favor dos direitos humanos.

Travada todos os dias em todos os campos, a luta pela garantia dos direitos humanos é especialmente difícil no Brasil e nos exige muito. De muitas e muitos de nós exige até a vida, nosso bem mais precioso.

Vejo aqui colegas da Embaixada britânica e lembro que, semanas atrás, uma violência bárbara foi cometida em seu país contra um brasileiro: um jovem trabalhador que sonhava com um futuro melhor e perdeu a vida. Mas isso não comoveu o Brasil. Foi uma morte bárbara, mas não comoveu o Brasil. Por quê? No Rio de Janeiro, 3 Jeans Charles morrem, em média, por dia, assassinados pela polícia em confrontos que nunca têm explicação convincente. Alega a polícia que foram em confrontos, mas quando se vai observar o resultado dessas mortes, vemos que mais da metade morreram com tiros pelas costas, grande parte com tiros na cabeça. Isso não é resultado de confronto, mas da prática de eliminação de pessoas. E são pessoas pobres, que moram em favelas, nas periferias das cidades.

O Brasil não se comoveu com a morte de Jean Charles porque, por exemplo, no Rio de Janeiro há, em média, 3 mortes por dia. Em São Paulo o número é um pouco menor. Também em cidades como Belo Horizonte e Porto Alegre a polícia brasileira mata muitos Jeans Charles todos os meses. E nós, como se ficassemos meio acostumados a isso, não percebemos mais quando morre um ou quando uma chacina é cometida e não nos demoramos muito tempo comovidos, porque logo em seguida vem outra. Essa é a realidade do Brasil.

Quando os nossos amigos da Embaixada Britânica vieram condoídos, sem jeito, falar sobre o caso, viram uma sociedade que estava resistindo à dor porque sofre dor igual todos os dias. Temos outras situações no Brasil que são tão ou mais graves e mostram a dificuldade do nosso cotidiano.

Na África do Sul, por exemplo, é muito mais fácil lutar contra o racismo. Lá, o racismo não tem o grau de sofisticação que tem no Brasil. Aqui o racismo é tão forte que destrói nossa alma e nos corrompe a todo momento. Porém, muitos ainda acreditam que não há racismo no Brasil. Há, sim, e é forte. Tão forte que até consegue nos convencer de que não existe.

As sociedades indígenas continuam sendo massacradas. Agora não de forma tão escancarada, mas, nem por isso, menos violenta. Morrem homens, mulheres e crianças indígenas por fome de comida, por fome de terra, por fome de respeito.

As empregadas domésticas ainda são consideradas trabalhadoras sem direitos ou com meios direitos. Ainda não conquistaram o direito à jornada

de oito horas, não têm os direitos trabalhistas plenos, e a sociedade acha isso normal. Se verificarmos os acórdãos dos Tribunais de Trabalho sobre questões relativas às empregadas domésticas, ficaremos horrorizados com a posição do Judiciário, que reflete o pensamento da sociedade a respeito.

Continuamos convivendo com a escravidão. Anualmente o grande e valoroso trabalho do Ministério Público do Trabalho, que liberta quase todos os dias trabalhadores em fazendas no interior do Brasil, é comemorado. Mas, na verdade, em vez de comemorar, deveríamos ter vergonha do fato de ainda existir escravidão no Brasil. Até em São Paulo, irmãos bolivianos e peruanos são aliciados e trabalham em fábricas de roupas e confecções em condições iguais à de trabalhadores do século XVIII. Fogem da miséria para cair na opressão.

A prostituição infantil está presente na maioria — senão em todas — das Capitais de nossa costa. Ainda é mercadoria de atração do turismo. Não há como entender que todo o sistema de conselhos tutelares, juizados da infância, polícias civil e militar, entidades da sociedade e do Estado não tenham condição de agir e eliminar de uma vez por todas essa degradante condição da infância.

Todos nós somos defensoras e defensores dos direitos humanos. Colocamos nossa vida em risco, mas não somos reconhecidas ou reconhecidos e nem por isso desistimos. Somos desaforados e exigimos os nossos e os direitos dos outros e das outras. Queremos igualdade no tratamento, igualdade nas oportunidades. Queremos respeito à nossa diversidade. Queremos falar, queremos ser ouvidos e ouvidas, nesse polígono que é a comunicação nos dias atuais.

Queremos fazer reconhecer nossa cultura, nossos direitos, nossa voz. O direito humano à comunicação é, em primeiro lugar, o direito à existência e de mostrar essa existência cultural, material e social. É o direito à cultura, a desenvolver uma cultura própria, de grupo, de sociedade, de segmento, de povo ou povos que vivem em um mesmo território.

Metade das crianças que freqüentam quatro anos seguidos de escolas, segundo estatísticas oficiais do Ministério da Educação, ao final desses quatro anos, ainda estão analfabetas. Passaram quatro anos estudando em nossas escolas e saem analfabetas. A essas crianças estamos negando o direito à cultura, ao saber, ao mundo e à liberdade. Elas não têm direito à comunicação.

Vivemos em um mundo onde a comunicação é um instrumento de enorme poder. Por isso, tenta-se a todo momento evitar que os pobres, as comunidades indígenas, os afro-descendentes, os movimentos sociais tenham acesso aos meios de comunicação. É absurda a violência do Estado contra as rádios comunitárias. Precisamos nos mobilizar para barrá-la. Mas não é só isso.



Precisamos ter rádios comunitárias livres, televisões abertas, acesso à Internet; precisamos que nossas escolas sejam lugares em que se alfabetizam não só nas letras, mas no domínio das tecnologias da comunicação e da informação.

Estamos aqui para lutar. Somos desaforados e desaforadas. Não obedecemos à ordem de ficar quietos ou quietas em nosso canto. Este é o nosso espírito, o nosso modo de viver, o nosso conviver, que pretendemos seja uma marca de nossos encontros e de nossos espaços de articulação. Hoje e amanhã, estamos todos e todas convidados a tomar conta desses espaços no Parlamento, para discutir como vamos tomar os espaços lá fora.

Em nome das entidades de direitos humanos da sociedade civil, quero agradecer a todos e a todas o esforço de virem aqui. E quero ver nesse esforço uma demonstração de nosso amor e carinho para com todos os defensores e defensoras dos direitos humanos que foram mortos, assassinados, que deram a vida para garantir o nosso direito.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. APRESENTADOR** (David Rayol) - Ouviremos a seguir a palavra da representante da UNESCO no Brasil, Sra. Maria Inês Bastos.

**A SRA. MARIA INÊS BASTOS** - Saúdo a Mesa na pessoa da Deputada Iriny Lopes, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. Saúdo também os presentes e os que ainda estão a caminho, pessoas que se abalaram de sua casa para discutir tema de grande importância para o País e, em particular, para a UNESCO.

Começo por lhes trazer a saudação do representante da UNESCO no Brasil, Dr. Jorge Werthein, que, por inúmeros motivos de agenda, não pôde estar presente, e vou muito rapidamente dizer que a UNESCO é parceira do Congresso Nacional, por meio da Comissão dos Direitos Humanos e Minorias, nas ações em defesa dos direitos humanos.

É também a UNESCO parceira do Governo Federal, dos Governos Estaduais e da sociedade civil brasileira. Isso porque a concepção originária da UNESCO define que, como é no coração e na mente dos homens que se configuram e se iniciam as guerras e as violências, é também na mente dos homens que devemos construir a paz. E a UNESCO tem como compromisso básico a redução de todo tipo de violência, de todo tipo de desrespeito aos direitos fundamentais dos seres humanos e realiza ações com vistas a defender e promover os direitos humanos.

Entre esses não se pode esquecer o direito à comunicação, que é o direito de expressar-se, de buscar e receber informação. Em outras palavras, é o direito

a participar e a usufruir do livre trânsito de informação e comunicação. Essa é uma questão básica para nós todos. O mundo evoluiu a grandes passos a partir da 2ª Grande Guerra, quando foi criada a UNESCO, na direção de maior pluralismo e maior liberdade de expressão.

Ainda há muito a fazer. Nos países em desenvolvimento, como o Brasil, por exemplo, já se fez muito. O processo de amadurecimento democrático deste País se expressa e é condição de avanço em direção ao pluralismo e à liberdade de expressão e de imprensa, mas anda há muito a fazer.

O que acabamos de ouvir demonstra muito bem os desafios que estão à frente. A luta é grande, e os seus resultados não vêm com a rapidez que desejamos. O que posso lhes dizer é que a UNESCO está ao seu lado. Contem com a UNESCO, e ela estará sempre pronta a auxiliá-los nessa luta, que é de todos nós e que resultará num mundo melhor para todos.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. APRESENTADOR** (David Rayol) - Anunciamos agora a palavra do Dr. Jorge Maurique, Presidente da Associação Nacional dos Juízes Federais — AJUFE.

**O SR. JORGE MAURIQUE** - Exma. Sra. Deputada Iriny Lopes, mui digna Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Câmara dos Deputados; Dr. Mário Mamede, Subsecretário de Direitos Humanos da Presidência da República, meu querido amigo; Dra. Ela Wiecko Wolkmer de Castilho, Subprocuradora Geral da República; Sra. Maria Inês Bastos, representante da UNESCO; Sr. Ivônio Barros, representante do Fórum das Entidades Nacionais de Direitos Humanos; minhas senhoras e meus senhores; eminentes Deputados presentes, sou juiz federal há mais de 13 anos e tenho quase 20 anos de magistratura.

Começo dizendo que estamos diante de uma nova era, que se construiu principalmente a partir da redemocratização.

O Poder Judiciário não pode ficar afastado dos movimentos sociais, não pode ficar afastado das reivindicações das instituições e das pessoas ligadas à defesa dos direitos humanos. O Poder Judiciário tem compromisso, sim, com a democracia, com os direitos humanos e deve ser cobrado com relação a isso.

Também quero dizer algumas coisas do ponto de vista pessoal.

Neste País, passamos por ditadura militar e, muitas vezes, nos esquecemos disso. A minha militância na área dos direitos humanos começou por intermédio do Comitê Brasileiro pela Anistia, em Porto Alegre, porque tínhamos





irmãos presos e exilados por suas convicções políticas. É importante lembrar que, naquele tempo, era muito difícil se falar em direitos humanos.

O papel do Estado — e é importante que isso seja frisado —, principalmente das forças ligadas à segurança, destinava-se basicamente à repressão política. A atuação da Polícia Federal e da polícia dos Estados nada mais representava, ou pouco mais representava do que a de capitães-do-mato em busca de negros fujões. Os negros fujões da época eram os que contestavam a ordem jurídica vigente.

No momento em que se afigura que a Polícia Federal está cumprindo as suas atividades tendo em vista determinados interesses políticos, é importante lembrar que, construída por aqueles que hoje dizem isso, na realidade, em passado não tão remoto, esse órgão cumpria uma finalidade política bem específica: a repressão a qualquer contestação, a qualquer busca de direitos humanos e a qualquer reconhecimento de solidariedade a seus irmãos.

Recordo-me de que, durante uma passeata em frente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Polícia Federal chegou ao requinte de prender um estudante que estava tirando fotografia. Isso era comum, e aqueles que hoje pregam a refundação do Estado por meio de uma Constituinte achavam que aquilo era bom, adequado. Talvez seja esse o Estado que queiram de volta.

É importante frisar que, quando a Polícia Federal atua no cumprimento das decisões judiciais, buscando restabelecer a ordem e o cumprimento das leis por meio de decisões judiciais, ela está num período e num país democrático, em que as instituições funcionam, respeitam-se e se interpenetram. Por isso, não aceito, de maneira nenhuma, que, quando, em cumprimento de decisões judiciais, a Polícia Federal tenha de atuar em determinada atividade, ela e/ou o Judiciário sejam chamados de autoritários. Precisamos rediscutir o conceito de autoritarismo.

É muito importante que se analise o fato de que o País está passando por um momento de questionamento e de crise. E o questionamento e a crise afetam, sim, os direitos humanos, porque não há nenhum direito humano acima do direito a uma vida digna e à ética na política.

Falta de ética significa fazer correr por caminhos clandestinos, por caminhos não democráticos, mediante instrumentos não aprovados nem reconhecidos pela população, os recursos necessários para a proteção dos índios, para a preservação do direito à saúde, para a preservação do direito à educação, para a preservação, inclusive, do direito à comunicação.

Fico muito impressionado com isso. Nós, juízes federais, e todos os juízes, por obrigação, temos de ser éticos. Aliás, isso é obrigação do cidadão. São

pessoas que, no passado, não tiveram compromisso com a ética e muitas vezes colocaram na vala comum dos interesses privados o direito à comunicação, entregando nossos recursos e meios a instituições monopolistas, que têm o predomínio e o domínio da comunicação e dos meios de comunicação.

Temos de ter compromisso com a democracia. E compromisso com a democracia significa manter as regras democráticas do jogo e preservar a Constituição de 1988, a Constituição cidadã, que ampliou enormemente o rol dos direitos individuais e sociais. Muitas das forças que pretendem alterar a Constituição, por meio de convocação de Assembléia Nacional Constituinte, são as mesmas predominantes no período da ditadura e que não têm compromisso com os direitos individuais e humanos. Peço-lhes que atentem para isso.

No passado, outras gerações, que não a minha, não atentaram para isso, e o que se seguiu foram 20 anos de negra ditadura. Nessa época, sequer nos reconhecíamos como irmãos; as relações afetivas foram afetadas em decorrência dos assassinatos, exílios e perseguições; nem mesmo o mero direito humano das nações indígenas de manter a sua identidade foi preservado — houve deslocamentos forçados — e a imprensa não divulgava ou porque proibida de fazê-lo ou porque conivente.

Peço-lhes que se lembrem disso e tenham em mente que estamos em período democrático e que qualquer rompimento da ordem democrática é golpe e contraria os direitos humanos. Não precisamos de mais golpes nas instituições democráticas. Precisamos investigar e punir os corruptos do setor público e do privado.

Digo isso porque a Justiça Federal, há pouco mais de um mês, determinou busca e apreensão de documentos numa loja de luxo na maior cidade do País, e isso virou crise institucional. Por pouco não se propôs no Congresso Nacional o fechamento da Justiça Federal para preservar a Daslu. Hoje, a mídia prefere uma loja de luxo à preservação de uma instituição democrática.

Temos de pensar sobre isto: se à manutenção de uma nação indígena preferimos uma fazenda para produzir arroz para exportação. Temos de pensar, em termos de direitos humanos, se pretendemos que todos tenham voz ou que continuemos assistindo ao que acontece em Miami, nos Estados Unidos, no horário nobre.

Direitos humanos significam a manutenção e o aprofundamento da ordem democrática, a responsabilização de quem não tem ética e, fundamentalmente, a manutenção da democracia, que custou à minha geração conhecer



e que não vi durante a maior parte da minha vida, porque vivi na ditadura, quando tínhamos medo de ser o que somos.

Não podemos voltar à ditadura. Não podemos voltar à negação dos direitos humanos. Não podemos esquecer quem são e o que foram as pessoas na nossa história.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. APRESENTADOR** (David Rayol) - Com a palavra a Exma. Sra. Ela Wiecko Volkmer de Castilho, Subprocuradora-Geral da República e Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão.

**A SRA. ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO** - Senhoras e senhores, para mim, é uma honra participar desta Mesa de abertura com a Deputada Iriny Lopes, a quem admiro pela forma de trabalhar e pela coragem; com o Sr. Mário Mamede, Subsecretário de Direitos Humanos; o Sr. Ivônio Barros, representante do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos — parte desse movimento está aqui representada por vocês; a representante da UNESCO e o Sr. Jorge Maurique, representante do Judiciário, mais especificamente dos juízes federais.

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, órgão do Ministério Público Federal, está apoiando este evento. Participamos de sua organização e formulação. Muito nos esforçamos para chegar até aqui. Todos podem ver que o evento está bem organizado. Nos grupos de trabalho, poderemos fazer bom debate e chegar a várias conclusões e fazer propostas.

Eu gostaria de fazer uma proposta para discussão, embora não se situe exatamente no tema do evento.

Este encontro dos grupos de trabalho vai discutir, por exemplo, o relatório de direitos econômicos e sociais, a própria política de direitos humanos. Neste momento de crise política, percebemos que fazem a distinção de que a economia vai bem e que se trata apenas de uma crise política. Porém, no fundo dessa crise política, estão interesses econômicos que financiam campanhas eleitorais e, de uma forma ou de outra, procuram ser contemplados nas políticas públicas.

Uma vítima dessa crise política é a perda de estatura da Secretaria Especial de Direitos Humanos, cujo gestor máximo tinha *status* de Ministro. Foi a Secretaria que mais perdeu. Isso tem grande significado, porque os direitos econômicos, sociais e políticos, para serem implementados, precisam de alguém nesse conjunto de Ministros, nos Ministérios, que consiga fazer a articulação. Se os direitos humanos não estão em nível de Ministério, não conseguem fazer essa articulação. Então, vejo com tristeza a queda na estatura de

quem deve promover a política de direitos humanos, que devem ser entendidos como indivisíveis e abrangerem tanto os direitos políticos como os econômicos, sociais e culturais.

Por isso, proponho que esta assembléia, no final, faça uma proposta muito dura ao Presidente da República no sentido de que seja restabelecido o *status* de Ministro a quem executa a política de direitos humanos no Brasil. (Palmas.)

**O SR. APRESENTADOR** (David Rayol) - Anunciamos a palavra do Sr. Mário Mamede, Subsecretário de Direitos Humanos da Presidência da República.

**O SR. MÁRIO MAMEDE** - Bom-dia a todos os que compõem a mesa. Sr. Ivônio Barros, coordenador do Fórum Nacional de Entidades de Direitos Humanos; Dr. Jorge Maurique, Presidente da Federação dos Juízes Federais; minha companheira e amiga de longa data, militante petista valorosa, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Iriny Lopes; Dra. Ela Wiecko de Castilho, Subprocuradora-Geral do Ministério Público e Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão; Sra. Maria Inês Bastos, representante da UNESCO/Brasil, responsável pela área de comunicação desse respeitável órgão, companheiros e companheiras, devo dirigir-me a todos vocês como mais um militante que está vivendo este acontecimento. Sou um militante que, apenas por circunstâncias, ocupa um espaço institucional.

Farei uma breve análise, porque o tempo é muito curto, são cinco minutos e não quero desrespeitar o pedido da organização do evento.

É extremamente oportuna a escolha da temática que moverá a principalidade da discussão desse encontro, o direito humano à comunicação. Primeiramente porque é um tema novo e muito pouco discutido neste País e, em segundo lugar, porque é a primeira vez que este tema será discutido num foro tão legítimo e com a participação de pessoas de todo o País; é a primeira vez que haverá uma discussão com essa amplitude. Em terceiro lugar, nós, militantes de direitos humanos, sempre tratamos essa questão como algo periférico e com uma visão instrumental, entendendo comunicação como instrumento para divulgar nossas próprias ações, as ações das nossas organizações, da gestão pública ou de outras instituições que compõem o Estado brasileiro ou com uma visão crítica, necessária, fundamental e inarredável, mas que não consegue ter consequências maiores. Termina-se ficando no espaço da crítica aos meios de comunicação, que, aqui e acolá, são chamados de manipuladores, cooptados,



aparelhados, vinculados ao grande capital nacional ou até mesmo defensores de interesses externos.

Não conseguimos dar desdobramentos a nossa crítica. Talvez este seminário possa oferecer essa oportunidade.

Este seminário, seguramente, poderá sair com posições muito claras acerca da nossa compreensão do direito à comunicação como um direito humano fundamental, um direito de cidadania que não pode ser postergado, um direito tão fundamental quanto o de respirar, comer, habitar, de ter acesso à saúde e à educação, enfim, de sermos vistos, tratados e respeitados como cidadãos.

Neste debate, toda nossa equipe, que está disponível, procurará dar sua colaboração. Logicamente, outros terão de ficar na retaguarda, dando continuidade aos nossos trabalhos cotidianos.

É importante que não haja equívoco entre direito humano à informação e direito humano à comunicação. Há uma diferença. Sei que aqui não há qualquer equívoco quanto a isso, mas é preciso que cada vez as posições quanto ao direito humano à comunicação sejam transmitidas de maneira clara para diversas pessoas que não têm acesso a foros de debate como este.

O direito humano à comunicação pressupõe, sim, informação, correta, capaz de repassar conhecimento e saberes, mas informação que possa também dar ao cidadão a oportunidade de compreender o seu papel de cidadania, que, muitas vezes, lhe é subtraído, possibilitar o fortalecimento dessa cidadania e constituir a democracia, com o fortalecimento das instituições democráticas e, portanto, do Estado de Direito, que tanto desejamos e procurarmos com a soma de nossos esforços.

Isso foi dito de maneira brilhante pelo Dr. Jorge Maurique, por isso não me alongarei nesse tema.

Precisamos entender que a comunicação pressupõe os contrários, os diferentes, a pluralidade, o respeito a idéias, crenças, religiosidade, etnias e níveis de formação diferenciados.

É preciso, sobretudo, no enfrentamento dos contrários, das divergências e das diferenças, o estabelecimento do diálogo, que, muitas vezes, é necessariamente conflitivo, e isso é bom, porque o conflito constrói idéias novas, modifica o *status quo* e, quando tratado de maneira equilibrada e respeitosa, aponta para diante. Dessa pluralidade, da compreensão dos contrários, do reconhecimento do outro, é preciso entender que a comunicação estabelece uma relação de bipolaridade sobre o assunto tratado em que o enfoque deve ser mais do

que bipolar, deve ser multifacetário. Creio que esse é o caminho que devemos procurar trilhar neste encontro.

Por fim, é necessário avançar na questão dos direitos à comunicação. A minha velha avó, nascida no interior do Ceará, dizia muito um ditado que, na época, eu não compreendia. Eu era pequeno e, às vezes, tinha preguiça de estudar, e ela dizia: *“Meu filho, saber é poder”*. Efetivamente, saber é poder, sobretudo na era da informação em que vivemos, em que talvez a informação seja a matéria-prima mais importante com a qual temos de trabalhar. E há tanta gente fora da escola, no espaço da exclusão digital; há tanta gente, como nós, que mal sabe manipular um computador. Precisamos avançar. Há uma geração que já sofreu um prejuízo significativo em relação a isso.

A partir da compreensão de que comunicação pressupõe direito à informação, pluralidade, reconhecimento do outro, acesso à educação e a direitos fundamentais, que Estado desejamos para o nosso País? Que Estado pretende gerenciar as nossas necessidades? Não admitimos o Estado paquidêmico, mas também não devemos trabalhar com a lógica do Estado mínimo. O tamanho do Estado deve ser uma construção nossa, na discussão, na cobrança.

Os militantes de direitos humanos têm um papel formidável a cumprir, talvez mais do que qualquer outra militância deste País, porque é uma militância ousada, atrevida, doa-se demais por aquilo que acredita e trabalha em cima de utopias permanentes. Se assim somos, devemos, na discussão sobre comunicação, especificar o País que queremos, o perfil do Estado brasileiro que seja capaz de cumprir o mínimo ético inarredável na sustentação, no estabelecimento e no respeito aos direitos fundamentais do ser humano.

Queremos tudo isso, e tudo isso diz respeito a esta discussão. Ela não se restringe somente aos meios de comunicação, às rádios comunitárias que existem aqui e acolá e são também alvo de manipulações e de aparelhamento — é bom que se diga isso nesta discussão. E que ela seja limpa e transparente nesse aspecto.

A não-compreensão de que a concessão de rádio e televisão é pública e que, portanto, é um serviço público de alta relevância e a sociedade precisa intervir... Que não se venha com maniqueísmo para distorcer, como se fez, a discussão sobre o Conselho Nacional de Jornalismo para defender interesses empresariais. Essa discussão também tem de estar no bojo desse encontro, para que ele seja frutífero, conseqüente e aponte caminhos que a militância deve trilhar de maneira corajosa.

Eu disse que não me alongaria e acabei me alongando. Às vezes, tenho o defeito, herdado geneticamente, de ser prolixo. Mas devo dizer somente que este



Governo tem, em muitos aspectos, procurado avançar nessa direção. Mesmo com as suas insuficiências, mesmo no bojo da crise que vivemos, que não deve ser tergiversada, o Governo tem procurado avançar em novas formulações, novas elaborações, nova maneira de fazer gestão pública na área de informação e de comunicação, nova maneira de ver o mundo e de estabelecer prioridades.

Dentro da ótica do diálogo, do estabelecimento da discussão, pois muitas vezes as opiniões são diferentes e até conflitantes — e isso tudo é muito salutar —, colocamo-nos, de maneira absolutamente respeitosa, abertos ao diálogo permanente, à busca do fortalecimento das relações com os movimentos sociais.

A sociedade deve, cada vez mais, cumprir o seu papel de cobrança. É esse o papel de transformação social que cabe ao movimento social e que nos cabe como militantes de direitos humanos, sempre permeados pela relação respeitosa e pela crítica bem fundamentada, com foco bem definido, que busca construir os caminhos da superação, ou seja, tudo aquilo a que nós, durante toda nossa vida, nos dedicamos como militantes de direitos humanos.

Este é o espírito da Secretaria e que nos tem movido durante este um ano e meio de gestão na busca do fortalecimento dessas relações e de diálogos cada vez mais aprofundados, para que possamos aperfeiçoar nossa ação política, fazer as correções de rumo necessárias e contribuir de maneira importante, companheiras e companheiros, no sentido de estabelecermos os pilares fundamentais e os primeiros passos bem direcionados, dados de maneira bem firme, para que o direito humano à comunicação seja efetivamente construído e colocado em prática neste País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Cometi um pecado quase mortal. Como estamos vinculados à Secretaria Geral da Presidência, o Ministro Luiz Dulci pretendia estar aqui — e estaria seguramente feliz em participar deste momento, ao menos na sua abertura —, mas em função de obrigações ligadas à agenda presidencial, foi chamado ontem à noite. S.Exa. me pediu — o faço somente agora, peço desculpas pela falha que cometi — que justificasse de maneira respeitosa sua ausência, na esperança de que ela seja compreendida.

**O SR. APRESENTADOR** (David Rayol) - Senhoras e senhores, encerrando oficialmente esta cerimônia de abertura, fará uso da palavra, neste momento, a Exma. Sra. Deputada Iriny Lopes, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.



## Discurso da Presidente da CDHM, Deputada Iriny Lopes (PT - ES)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Iriny Lopes) - Bom-dia a todas e a todos. Um problema que enfrento agora em âmbito nacional e que enfrentei desde a infância é a pronúncia correta do meu nome. As pessoas dificilmente acertam, apesar de ser extremamente simples. E ele tem um importante significado para mim, e penso que para todos. Sou filha de gregos, e Iriny significa paz. (*Palmas.*) A pronúncia correta é Iriny. No Brasil, é difícil pronunciar corretamente um nome que tem a letra y. De qualquer forma, espero que os senhores se acostumem a me chamar de Iriny.

Este fórum é o mais representativo dentro da questão dos direitos humanos no País.

Agradeço a todos os companheiros e companheiras presentes, dirigentes e militantes da luta dos direitos humanos no Brasil: o companheiro Ivônio Barros, que representa o Fórum Nacional de Entidades de Direitos Humanos; o Dr. Jorge Maurique, que nos presenteou, na abertura, com uma reflexão bastante profunda a respeito do momento em que estamos vivendo; o companheiro e amigo de muitos anos Mário Mamede, Subsecretário de Direitos Humanos da Presidência da República; a Dra. Ela Wiecko, que para nós, mulheres, é sempre uma referência na atuação profissional, na luta pelos direitos humanos e no compromisso com o País; e a Dra. Maria Inês, que conheci hoje. Um abraço carinhoso a todos.

Aproveito a oportunidade para registrar a presença, neste encontro, do Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Luiz Couto; do Segundo Vice-Presidente, Deputado Chico Alencar; do Deputado João Alfredo, membro da Comissão; de um representante do Deputado Geraldo Thadeu, do PPS de Minas Gerais, também membro da Comissão dos Direitos Humanos que não se encontra presente em razão de estar participando de uma CPI; da Deputada Maria do Carmo Lara; do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, também membro da Comissão de Direitos Humanos; do Deputado Zezéu Ribeiro, que não é membro da Comissão, mas é militante dos direitos humanos; da Deputada Fátima Bezerra, Presidente da Comissão de Legislação Participativa desta Casa; do Secretário-Adjunto da Subsecretaria de Direitos Humanos, Perly Cipriano, militante de longa data nesta luta; das Sras. Vera Canabarra e Ivone Duarte, representantes do Conselho Federal de Psicologia; e da Ministra Maria Luíza Ribeiro Viotti.





Estes são os registros que gostaria de fazer antes de dar início a minhas considerações. Peço aos senhores um pouquinho de paciência, porque existem algumas questões fundamentais que devem ser abordadas e não quero deixar de abordá-las em função do tempo. Procurarei ser breve, mas não quero abrir mão de fazer algumas observações que entendo fundamentais.

Primeiramente registro a imensa alegria que temos ao abrir este encontro, pelo fato de estarmos juntos e pelo fato de retomarmos uma tradição dos encontros anuais de direitos humanos, quando a sociedade organizada e a militância nacional de direitos humanos, junto com a Comissão, proporcionam a todos nós esta oportunidade de debate, de articulação em torno desse tema, que é a própria razão pela qual levantamos todos os dias e nos pusemos em marcha em busca de um mundo diferente, melhor e muito mais justo.

Esta oportunidade de compartilhar as experiências e as angústias, de estabelecermos as nossas faltas e as nossas prioridades foi a marca de nove conferências nacionais. Há dois anos, alterou-se o caráter dessas conferências. Decidimos retomar a tradição dos encontros anuais. Passamos a adotar o nome de encontro, para não haver confusão com a Conferência Deliberativa, que ocorre agora de dois em dois anos. Com nosso compromisso de estarmos juntos todos os anos, fizemos este rebatismo e chamamos nossas reuniões de encontros, não de conferências.

O Deputado Nilson Mourão acabou de chegar.

Muitos dos que estão aqui participaram de todas as nove conferências anteriores e vêm reafirmar os seus compromissos com os direitos humanos neste 10º Encontro Nacional.

Essa alteração de caráter é para que não tenhamos que fazer aquele processo que marca a Conferência Deliberativa, que é precedida de encontros deliberativos e eleição de delegados nos Estados e nos Municípios, como preparação à Conferência Nacional.

Nosso encontro aqui é aberto, como tem ocorrido nos nove encontros anteriores, em que, espontaneamente, entidades e militantes se credenciam e participam livremente.

Manteremos a tradição das conferências anteriores, de preparação, elaboração e divulgação de um relatório com o conjunto de questões que aqui serão acertadas, deliberadas e pactuadas entre nós, para que isso possa orientar as articulações e a interface dos nossos movimentos e, com certeza, a agenda positiva que tiraremos ao final destes dois dias de trabalho, com a qual orientaremos nossa ação militante na área de direitos humanos.

A organização do nosso encontro fez questão de manter a programação dos assuntos de interesse permanente, mas elegemos um tema central. Portanto, não haverá conflito. Nós aqui, livremente, trabalharemos temas importantes da conjuntura. Trago à lembrança o primeiro referendo que teremos na história do País, o referendo sobre o desarmamento. Estamos entrando na fase do calendário oficial desse referendo. É óbvio que ele será objeto de conversas e de entendimento de ações entre nós.

Mas o tema central do nosso encontro é a comunicação e o direito à comunicação, pela atualidade e pela importância desse tema e pelo que ele significa para os diferentes segmentos da luta pelos direitos humanos.

Queremos fazer um agradecimento aos professores da Universidade de Brasília pela contribuição que deram ao mostrarem a importância do relatório *Um Mundo, Muitas Vozes* como referência da comunidade internacional a partir do trabalho da UNESCO, há 25 anos, relativo ao direito humano à comunicação.

Na verdade, a importância do direito humano à comunicação ganha destaque na mesma medida da importância da informação e da comunicação como insumo na vida contemporânea.

Vivemos a era do conhecimento, da informação em tempo real. Este é o mundo da comunicação, a capacidade de receber e transmitir informações, de acessar mecanismos que permitam expressar com liberdade a subjetividade, os interesses, as opiniões e a identidade cultural das pessoas e das comunidades. É um direito vital, e dele depende a fruição de muitos outros direitos humanos.

Em que pese a relevância desse direito, ele é um dos mais vilipendiados e desrespeitados no nosso País. A imagem e o fazer da maioria da população, sobretudo dos grupos vulneráveis, estão submetidos à uma estrutura bastante fechada, com a grande mídia concentrada em 9 ou 10 famílias em nosso País, uma tradição de manipulação de informações e da notícia em maior ou menor medida, a partir dos interesses do capital monopolista.

Nossa mídia é muito avançada do ponto de vista tecnológico. É um marco internacional esse avanço da mídia brasileira, mas ela ainda detém uma marca extremamente antidemocrática na sua organização.

A campanha “Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania”, de iniciativa da Câmara dos Deputados e conduzida pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, é formada por dezenas de organizações da sociedade civil e atualmente é coordenada pelo Deputado Orlando Fantazzini. Consolidase como instrumento democrático e eficiente na defesa dos direitos humanos



na mídia, na promoção da responsabilidade social por parte de anunciantes, produtores e concessionários de canais de televisão.

Temos também o Fórum Nacional de Democratização da Comunicação, o trabalho de emissoras de rádios comunitárias, de TVs públicas comunitárias etc. Mas ainda é pouco. É preciso criar e fortalecer instrumentos de luta por esse direito. Não é uma tarefa apenas para profissionais da comunicação. Essa é uma tarefa para todos nós, militantes, ativistas e atuantes na questão dos direitos humanos e que temos compromisso com essa causa.

A ampla incidência do direito humano à comunicação evidência que os direitos humanos não são estáticos, pelo contrário, se há uma característica imutável nos direitos humanos é o movimento constante que os animam, constroem, mobilizam, modificam e colocam em movimento.

A história mostra que os direitos humanos evoluem como conquista das lutas sociais, como resultado da conscientização de cada pessoa que emerge da convivência na família, entre os amigos, na igreja, na comunidade. São frutos, enfim, do acúmulo dos grupos sociais, das nações e da própria humanidade, titular dos direitos universais.

No mundo inteiro cresce o processo de exclusão, de exploração e de desigualdade sociais, lamentavelmente e a despeito de toda a luta que travamos e daqueles que nos antecederam para mudar essa realidade.

É um momento, portanto, de atualizar tarefas a serem empreendidas para que os direitos declarados e conquistados em lutas épicas da humanidade não sejam uma utopia inatingível.

É momento de dar concretude aos nossos ideais. Estou absolutamente convencida de que sem romper a hegemonia do capital financeiro e superar a crise do modelo econômico que aí está não haverá crescimento sustentável nem desenvolvimento com igualdade, pois este modelo nega os recursos necessários para os investimentos sociais.

Nosso encontro ocorre num momento de grande turbulência política, quando nossa estrutura política mostra o deprimente espetáculo de seu esgotamento na forma de uma crise ética que atingiu o partido ao qual eu orgulhosamente faço parte. Faço questão de frisar que nele me mantereí para lutar pelos seus objetivos históricos, que se constituem na razão da criação do partido, que até aqui era referência de valores éticos na política — referência não só para mim, militante e Deputada eleita pelo Partido dos Trabalhadores, mas de certa forma para toda a sociedade brasileira e para os socialistas em todo o mundo.

Essa crise não ocorre à parte das nossas vidas e deste nosso encontro. Além da preocupação que temos, todos nós, brasileiros e brasileiras, como agentes políticos e membros da sociedade organizada, temos um papel importante na busca de caminhos e soluções.

Nós, que sempre fomos capazes de aglutinar de forma apartidária e pluripartidária, temos uma grande contribuição a dar ao nosso País. Não nos podemos esquecer disso no momento em que militantes de direitos humanos aqui se encontram e vivenciam esta realidade de crise neste País.

Os direitos humanos são referências importantes nos momentos de crise. Quando as utopias, as ideologias e os pactos políticos são questionados, os direitos humanos reafirmam seu valor universal como referência a alimentar nossa esperança e nossa ação militante na busca de um mundo mais justo.

Aqui gostaria de lembrar uma frase de Mahatma Ghandi que reflete bem o desafio que une todos nós, comprometidos com os direitos humanos e um Brasil melhor. Disse ele: *“Seja você a mudança que deseja para o mundo”*.

Sim, companheiros e companheiras, temos uma parcela irrecusável na responsabilidade coletiva de superar a instabilidade política no âmbito do Estado de Direito que significa a mais ampla revelação dos fatos, a efetiva punição daqueles que traíram a confiança desta Nação, a aprovação de uma reforma política que restrinja ao máximo a influência do poder econômico nos processos eleitorais e que acaba corroendo, na seqüência, a gestão governamental.

É preciso trabalhar muito para que a crise possa, de fato, gerar novas oportunidades de ampliação dos espaços democráticos. A ética é um tema nosso por excelência. Ela é inseparável dos direitos humanos, é a condição para a vivência tanto dos direitos civis e políticos quanto dos direitos econômicos, sociais e culturais. Que sejamos capazes, portanto, de contribuir com nossa reflexão, nossa capacidade de luta, nossa busca de caminhos para a superação deste momento.

Em meio à crise política, há uma agenda positiva capaz de unificar nossos esforços e abrir para a militância em direitos humanos um canal de diálogo com a sociedade.

Refiro-me novamente ao referendo sobre o desarmamento, que se realizará no dia 23 de outubro. Embora só tenhamos 67 dias, a partir desta data, para a realização do referendo, é possível aproveitar a campanha não só para convencer a população sobre a importância da proibição da venda de armas para reduzir a violência, mas para debater de forma mais ampla os meios de valorização de um bem insubstituível, que é a vida.



Precisamos mostrar, com números e evidências, a enorme quantidade de vítimas de armas de fogo em crimes fúteis. Essa campanha nos dá a chance de conscientizar e mobilizar a população no combate à impunidade. Repõe-se, portanto, um tema que é nosso, recorrente na nossa luta, objeto do nosso esforço, embora com poucos avanços nos últimos anos. Mas não podemos perder a objetividade dessa luta, que é a busca da punibilidade e acabar com a idéia da impunidade como uma cultura no nosso País.

A questão da impunidade retorna como uma tema central nessa campanha. É hora também de discutir mecanismos que distribuam renda e criem alternativas de sobrevivência digna e a implementação efetiva de penas alternativas, que desarmem o barril de pólvora que são as penitenciárias e delegacias do nosso País.

A articulação entre o Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos continuará se reunindo após esse encontro para atuar na campanha. No sítio da comissão, na Internet, no sítio das entidades do Fórum haverá muito material informativo e útil sobre essa questão.

Apresento um apelo que não é exclusivamente meu, mas um clamor de todas as organizações e Parlamentares que lutam pelos Direitos Humanos no Brasil: que este encontro deflagre uma pressão democrática, legítima e uma forte articulação para recuperação da condição de Ministério da Secretaria Especial de Direitos Humanos. (*Palmas.*)

O Estado Democrático contemporâneo não pode admitir que a causa dos Direitos Humanos seja rebaixada. Ainda que não haja descontinuidade nos projetos nem desmonte na estrutura, e não signifique alteração qualitativa alguma na substituição do ex-Ministro Nilmário Miranda, porque o companheiro Mário Mamede está à altura do cumprimento dessas tarefas, não é disso que se trata.

A perda de *status* do Ministério afeta e reduz a sua capacidade de ação. Esta que é a questão central. A redução do *status* tem, sim, conseqüências práticas, quer queiramos ou não. A autoridade e o prestígio de interlocutores que representam Ministérios são diferentes, se comparados com aqueles que representam Subsecretaria, independentemente das pessoas que estejam no exercício da função.

Quero, por isso, aqui adiantar o objeto de uma moção a ser aprovada na plenária final, já apresentado pela companheira Ela Viecko de Castilho na sua fala, que vem ao encontro do que queremos, qual seja, que esta moção figure no documento final deste encontro em defesa da reconsideração pelo Palácio do Planalto no âmbito da negociação da Medida Provisória nº 259, da qual

serei a Relatora, de modo a restaurar a condição de Ministério da Secretaria de Direitos Humanos.

Citei neste momento várias matérias cuja tramitação merece prioridade no Congresso Nacional. Com certeza, essa de que tratamos é uma delas. Tendo em vista sua caracterização de medida provisória, terá de ser votada rapidamente.

A perda do *status* da Secretaria torna-se particularmente complicada numa situação de atraso no repasse financeiro e demora na aprovação de projetos que dizem respeito à área de direitos humanos. Da mesma forma, o corte realizado pela área econômica de 53% do valor da proposta da Secretaria de Direitos Humanos, em sua fatia já modestíssima em relação à grandiosidade das políticas e dos temas a serem enfrentados. No Orçamento da União para o ano que vem, a ameaça das políticas públicas do setor particularmente esvazia o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente.

Será consenso desta plenária, tenho certeza, a defesa dos recursos indispensáveis para a execução dos programas da área de direitos humanos. Seria necessário priorizar também a tramitação dessa matéria no Congresso Nacional, inclusive para receber a manifestação de V.Exas. Tenho certeza de que tal matéria, que cria o Conselho Nacional de Direitos Humanos, receberá todo o nosso apoio. O projeto atualiza a composição do CDDPH, ampliando a participação da sociedade civil e dá maiores poderes, como instrumento de implementação das convenções internacionais, mandamentos constitucionais e legislação que protege os direitos humanos.

Encerro fazendo alguns agradecimentos — é impossível não o fazermos publicamente — a todas as dezenas de organizações integrantes do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos, pelo empenho na organização, na mobilização e na realização desse encontro; aos servidores da Comissão de Direitos Humanos, pelo trabalho, para garantir o sucesso deste nosso evento; à Comissão de Legislação Participativa, presidida pela Deputada Fátima Bezerra, que aqui se encontra, pelo apoio prestado; aos profissionais da Câmara dos Deputados, responsáveis pela organização prática do encontro, principalmente o pessoal da Secretaria de Comunicação Social.

Finalmente, quero conclamar todos os presentes a fazermos deste encontro um momento de compromisso de cada um de nós com os nossos ideais. Não nos afastemos deles, nem por um milímetro, e que todos possamos sair daqui mais fortalecidos com a convivência que teremos nesses dois dias, revitalizados pelo debate dos temas que nos são tão caros e, com certeza, com novas



perspectivas de um Brasil e de um mundo melhor, porque é isso que move a nossa militância nos direitos humanos.

Muito obrigada a todos pela participação e pela paciência de aqui me ouvirem. (*Palmas.*)

**O SR. APRENTADOR** (David Rayol) - Com o pronunciamento da Exma. Deputada Iriny Lopes, neste momento, desfaz-se a Mesa de Honra. Convidamos os seus componentes a retornarem a seus lugares reservados na primeira fileira do auditório. (*Pausa.*)

Senhoras e senhores, antes de darmos início ao nosso painel principal, conforme consta de nossa programação, que abordará o tema *A Nova Ordem da Informação e Direitos Humanos — Trajetória Histórica do Conceito*, a comissão organizadora deste evento preparou uma homenagem a alguns defensores de direitos humanos, que têm, todos eles, pelo menos, duas coisas em comum: deram a vida pelo seu povo e foram assassinados com armas de fogo. Que esta homenagem se converta num compromisso de todos aqui presentes, um compromisso com a campanha pelo desarmamento: “sim” à vida, “não” às armas.

Gostaríamos de pedir às pessoas que receberam velas à entrada desse auditório que as acendessem e, em seguida, peço à equipe de iluminação que desligue as luzes. (*Pausa.*)

Senhoras e senhores, conforme anunciado, teremos agora a apresentação do painel principal. Convidamos para presidir, coordenar e explicar a sua metodologia, a Exma. Sra. Deputada Iriny Lopes.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Iriny Lopes) - Dando continuidade então aos nossos trabalhos, vamos ao painel principal, cujo tema é *A Nova Ordem da Informação e Direitos Humanos — Trajetória Histórica do Conceito*.